

Banco Alfa de Investimento S.A.

**Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
31 de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Balanço Patrimonial Consolidado

Demonstração Consolidada do Resultado

Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Parecer do Conselho Fiscal



BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A. E SUAS CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
ATIVOS			
Caixa e disponibilidades em bancos	4/5	71.345	6.580
Instrumentos financeiros derivativos	4/6	81.019	11.382
Operações de crédito e adiantamento a instituições financeiras	4/7	9.838.866	7.431.089
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	4/8	6.257.803	3.582.980
Títulos para investimento	4/9	7.555.267	5.168.600
Ativos tangíveis		6.962	6.009
Ativos intangíveis		1.174	1.266
Ativos tributários diferidos	25	114.006	86.395
Ativos recebidos em dação por recuperação de crédito		8.635	8.635
Outros ativos	10	134.633	148.389
Total dos ativos		24.069.710	16.451.325
OBRIGAÇÕES			
Passivos com instituições financeiras	4/11	7.109.226	4.552.067
Passivos com clientes	4/12	4.353.070	2.983.445
Instrumentos financeiros derivativos	4/6	22.770	23.335
Títulos emitidos	4/13	8.157.833	5.333.817
Empréstimos e repasses	4/14	2.630.752	1.831.865
Obrigações fiscais		51.639	31.856
Passivos contingentes e obrigações legais	15	18.103	23.695
Outros passivos	16	128.147	111.416
Total das obrigações		22.471.540	14.891.496
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	17a	752.224	725.700
Reservas de capital		2.800	2.800
Reservas de lucros	17b	838.578	813.190
Outros resultados abrangentes		(12.203)	1.513
Ações em tesouraria		(473)	(473)
Lucros acumulados	17c	17.189	17.046
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	17	1.598.115	1.559.776
Participações de acionistas não controladores		55	53
Total do patrimônio líquido		1.598.170	1.559.829
Total das obrigações e patrimônio líquido		24.069.710	16.451.325



BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A. E SUAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Exercícios	
		2021	2020
Receitas de juros e similares	18	1.105.464	736.761
Despesas de juros e similares	18	(997.231)	(644.147)
Resultado líquido de juros	18	108.233	92.614
Receitas de serviços e comissões	19	96.629	59.777
Despesas de serviços e comissões	19	(8.779)	(6.459)
Resultado líquido de serviços e comissões	19	87.850	53.318
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	6	206.207	70.638
Outras receitas	20	69.177	74.634
Resultado operacional		471.467	291.204
Resultado de perdas com ajuste a valor de recuperação de ativos financeiros	21	(12.408)	2.357
Despesas de pessoal	22	(139.592)	(94.071)
Gastos gerais administrativos	23	(66.515)	(61.539)
Outras despesas	24	(141.118)	(36.334)
Resultado antes dos impostos		111.834	101.617
Imposto sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos	25	(37.950)	(26.662)
Resultado líquido do exercício		73.884	74.955
Parcela do resultado dos acionistas controladores		73.882	74.954
Parcela do resultado dos acionistas não controladores		2	1
Total do resultado do exercício		73.884	74.955
Lucro básico e diluído por 1.000 ações (em Reais - R\$)			
Ações ordinárias		802,68	814,33
Ações preferenciais		882,95	895,76
Lucro líquido atribuído			
Ações ordinárias		42.874	43.496
Ações preferenciais		31.008	31.458
Média ponderada das ações emitidas - básica e diluída			
Ações ordinárias		53.414	53.414
Ações preferenciais		35.118	35.118



BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A. E SUAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais)

	Exercícios	
	2021	2020
Resultado líquido dos exercícios	73.884	74.955
Outros resultados abrangentes dos exercícios		
Outros resultados abrangentes	(13.716)	1.513
Outros resultados abrangentes dos exercícios	(13.716)	1.513
Total de resultados abrangentes dos exercícios	60.168	76.468



BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A. E SUAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.
 (Valores expressos em milhares de reais)

EVENTOS	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido dos Controladores	Participação de Acionistas não Controladores	Patrimônio Líquido Total
SALDO EM 31/12/2019	697.200	12.264	779.131	-	(277)	15.776	1.504.094	52	1.504.146
AUMENTO DE CAPITAL - AGE DE 24/04/2020	28.500	(9.464)	(19.036)	-	-	-	-	-	-
OUTROS EVENTOS :									
Aquisição de Ações Próprias	-	-	-	-	(196)	-	(196)	-	(196)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	1.513	-	-	1.513	-	1.513
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	74.954	74.954	1	74.955
DESTINAÇÕES :									
Reservas	-	-	53.095	-	-	(53.095)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(20.589)	(20.589)	-	(20.589)
SALDOS EM 31/12/2020	725.700	2.800	813.190	1.513	(473)	17.046	1.559.776	53	1.559.829
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	28.500	(9.464)	34.059	1.513	(196)	1.270	55.682	1	55.683
SALDO EM 31/12/2020	725.700	2.800	813.190	1.513	(473)	17.046	1.559.776	53	1.559.829
AUMENTO DE CAPITAL - AGE DE 31/03/2021	26.524	-	(26.524)	-	-	-	-	-	-
OUTROS EVENTOS :									
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	(13.716)	-	-	(13.716)	-	(13.716)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	73.882	73.882	2	73.884
DESTINAÇÕES :									
Reservas	-	-	51.912	-	-	(51.912)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(21.827)	(21.827)	-	(21.827)
SALDOS EM 31/12/2021	752.224	2.800	838.578	(12.203)	(473)	17.189	1.598.115	55	1.598.170
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	26.524	-	25.388	(13.716)	-	143	38.339	2	38.341



BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A. E SUAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO FLUXO DE CAIXA—MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Exercícios	
	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS	73.884	74.955
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO	22.688	11.840
- Depreciações e amortizações	2.121	1.893
- Provisão para perdas TVM com característica de crédito	901	1.927
- Provisão para perdas esperadas	18.299	5.094
- Ajustes de provisão de passivos contingentes	3.511	4.764
- Ajustes de atualização de depósitos judiciais	(2.144)	(1.838)
(AUMENTO)/ REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS	2.372.101	(1.244.811)
Instrumentos financeiros derivativos	(69.637)	19.903
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	5.143.537	(1.207.540)
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	(2.693.122)	(44.278)
Ativos tributários diferidos	(27.611)	1.021
Ativos recebidos em dação por recuperação de crédito	-	18
Outros Ativos	18.934	(13.935)
AUMENTO/ (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	7.576.020	4.350.825
Passivos com instituições financeiras	2.557.159	3.225.738
Passivos com clientes	1.369.625	1.966.902
Instrumentos financeiros derivativos	(565)	17.169
Títulos emitidos	2.824.016	(1.469.789)
Empréstimos e repasses	798.887	565.880
Obrigações fiscais	57.987	27.354
Passivos contingentes e obrigações legais	(9.103)	(11.241)
Outros passivos	16.218	50.055
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(38.204)	(21.243)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES OPERACIONAIS	10.044.693	3.192.809
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de bens e investimentos	(3.034)	(435)
Aquisição de ativos tangíveis	(2.517)	(1.376)
Aplicações no intangível	(465)	(506)
Alienação de ativos tangíveis	-	1
Aumento/Redução de títulos para investimento	(2.401.284)	(2.146.149)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.407.300)	(2.148.465)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aquisição de ações de emissão própria	-	(196)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(21.314)	(23.048)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(21.314)	(23.244)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	7.616.079	1.021.100
Caixa e equivalentes no início dos exercício	2.193.278	1.172.178
Caixa e equivalentes no final dos exercício	9.809.357	2.193.278
Aumento de caixa e equivalentes	7.616.079	1.021.100



BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Atividade e estrutura do Grupo

O Conglomerado Financeiro Alfa tem suas origens no ano de 1925, com a fundação do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Em 1972, o Banco da Lavoura alterou sua denominação para Banco Real S.A. e posteriormente criou as outras empresas financeiras que constituíam o Conglomerado Financeiro Real. Em 1998, o Banco Real S.A. teve seu controle acionário vendido ao ABN Amro Bank. As empresas financeiras não vendidas (então, Banco Real de Investimento S.A, Companhia Real de Investimento – CFI, Companhia Real de Arrendamento Mercantil e Companhia Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários) formaram o Conglomerado Financeiro Alfa, que foi completado logo depois com a criação do Banco Alfa S.A. (Banco Comercial).

O Conglomerado Financeiro Alfa é composto por 6 entidades legais que atuam através de controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum e pela atuação sob a mesma marca ou nome comercial.

O Banco Alfa de Investimento S.A. (“Banco”) é a instituição financeira líder do Conglomerado, a qual controla diretamente a Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., a Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e a BRI Participações Ltda.. Além destas entidades, o Conglomerado Financeiro Alfa é integrado pela Financeira Alfa S.A. - CFI e o Banco Alfa S.A.. O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A.- CFI são companhias abertas com ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”). As demonstrações financeiras consolidadas constantes deste relatório foram elaboradas com base nos critérios apresentados na nota explicativa nº 02 “b”.

Com esta sólida história de mais de 90 anos, o Conglomerado Financeiro Alfa vem desenvolvendo sua atuação principalmente nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, tesouraria e administração de recursos de terceiros.

O Conglomerado está sediado em São Paulo, na Alameda Santos nº 466, e mantém filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Recife, Vitória, Goiânia, Florianópolis, Piracicaba, Ribeirão Preto, Sorocaba, Santo André e Campo Grande. Todas contando com modernas plataformas tecnológicas, o que permite maior agilidade nas decisões e no desenvolvimento de produtos.

O controlador do Banco Alfa de Investimento S.A. e suas controladas possui, ainda, relevantes investimentos em áreas não financeiras que não são consolidadas nesta demonstração financeira: Seguros e Previdência (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.); Hotelaria (Rede Transamérica de Hotéis); Materiais de Construção (C&C Casa e Construção); Agropecuária e Agroindústria (Agropalma); Águas Minerais (Águas Prata); Alimentos (Sorvetes La Basque); Cultural (Teatro Alfa) e Comunicações (Rádio Transamérica e TV Transamérica).



2 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS

a) Declaração de conformidade

Este conjunto de demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado considerando o estabelecido na Resolução nº 3.786 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas anuais de acordo com as práticas internacionais (IFRS), conforme aprovado pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

Essas Normas e Interpretações constituem o padrão IFRS e compreendem:

- Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS);
- Normas Internacionais de Contabilidade (IAS); e
- Interpretações desenvolvidas pelo Comitê de Interpretações de Relatórios Financeiro Internacional (IFRIC) ou pelo antigo Comitê Permanente de Interpretações (SIC).

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2021 são consistentes com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2020, divulgadas em conjunto para efeito de comparação.

As notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas contêm descrições narrativas e detalhes da composição das informações apresentadas nos balanços patrimoniais, na demonstração dos resultados, na demonstração dos resultados abrangentes, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos fluxos de caixa.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram concluídas em 22 de fevereiro de 2022 e aprovadas pelos Conselhos de Administração e Fiscal do Banco e suas controladas em 23 de fevereiro de 2022.

b) Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram elaboradas pelo método integral, somando-se os saldos apresentados nas demonstrações financeiras individuais das empresas subsidiárias abaixo listadas e eliminando-se as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas, as receitas e as despesas correspondentes às operações realizadas entre as empresas integrantes.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	99,985%	99,985%
BRI Participações Ltda.	99,999%	99,999%
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	100,000%	100,000%
Único FIC de FI Multimercado	100,000%	100,000%
Alfa Scorpius - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	0,000% (*)	100,000%
Alfa Polaris - Fundo de Investimento Renda Fixa - Crédito Privado	72,663%	71,230%
Alfa Centaurus - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	78,452%	51,880%
Alfa Scorpius Master - Fundo de Investimento Multimercado	78,452%	69,530%



(*) Em 26/01/2021 o fundo de investimento Alfa Scorpius – fundo de investimento em cotas de fundos de investimento multimercado foi encerrado.

As demonstrações financeiras das empresas controladas pelo Banco utilizadas para fins de consolidação foram preparadas para os exercícios findos em dezembro de 2021 e 2020, utilizando práticas contábeis consistentes.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco e suas controladas. Exceto quando indicado, as informações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

d) Base para mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas tomando por base o custo amortizado, com exceção dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ativos e passivos ao valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado. O valor contábil de operações de crédito e de arrendamento mercantil designadas como objeto de *hedge* em transações qualificáveis para *hedge* contábil é ajustado ao valor justo no que diz respeito ao risco *hedgeado*.

e) Uso de estimativas e julgamentos

No processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS do Banco e suas controladas, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com:

- Perdas esperadas de operações de crédito e adiantamentos a clientes e a instituições financeiras (vide notas explicativas nº 4, 7 e 8);
- Categorização e avaliação de instrumentos financeiros (vide notas explicativas nº 4, 6, 7, 8 e 9);
- Passivos contingentes e obrigações legais (vide nota explicativa nº 15);
- Ativos tributários diferidos (vide nota explicativa nº 25 "b"); e
- Valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo instrumentos financeiros derivativos (vide notas explicativas nº 4, 6 e 9).

A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras, portanto, em frequência anual, e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados.

Informações adicionais sobre o uso de estimativas e julgamentos são apresentadas diretamente nas notas explicativas específicas.

f) Mudanças nas principais práticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas nessas demonstrações financeiras consolidadas são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

IFRS 16 – Arrendamentos

A nova norma não altera a definição de arrendamento, em que o arrendador transfere ao arrendatário, em troca de um pagamento ou uma série de pagamentos, o direito de utilizar o ativo por um período de tempo pactuado. Porém não existe mais a distinção entre os critérios contábeis aplicados para arrendamento operacional e arrendamento financeiro.

O Banco e suas controladas analisaram seus contratos de arrendamento nos termos do IFRS16 – Arrendamento e não há efeitos significativos de valores decorrente da nova avaliação de classificação nas demonstrações financeiras.

IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro

Aplica-se a qualquer situação em que haja incerteza sobre se um tratamento fiscal é aceitável de acordo com as legislações tributárias. O escopo da Interpretação inclui todos os impostos abrangidos pela IAS 12, ou seja, tanto o imposto corrente como o imposto diferido, no entanto, não se aplica à incerteza relativa a impostos abrangidos por outras normas.

O Banco e suas controladas não possuem impactos para fins de IFRIC 23.

3 Principais práticas contábeis

a) Caixa e disponibilidades em bancos

O saldo em caixa e disponibilidades em bancos compreende disponibilidades em caixa e depósitos bancários à vista (no Brasil e no exterior).

b) Instrumentos financeiros ativos e passivos

O Banco e suas controladas tratam seus instrumentos financeiros ativos e passivos nos termos do IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. A classificação dos ativos financeiros é fundamentada nos modelos de negócios aprovados pela Administração do Banco e suas controladas, bem como nas características dos fluxos de caixa contratados.

i. Reconhecimento e mensuração inicial IFRS 9

Todos os instrumentos financeiros do Banco e suas controladas são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo. No curso normal dos negócios, o valor justo de um instrumento financeiro no seu reconhecimento inicial é o preço da transação, acrescido (para instrumentos não avaliados subsequentemente a valor justo contra resultado) dos custos de transação que são incrementais, diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

ii. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros e hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros detidos pelo Banco e suas controladas estão classificados em uma das categorias apresentadas de acordo com o IFRS 9 a seguir:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: i) aqueles cujo o objetivo do modelo de negócio seja manter ativos para receber fluxos de caixas contratuais; e ii) os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxo de caixa que se referem exclusivamente a pagamento do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são

reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- Ativos financeiros (instrumentos de dívida) classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente: i) aqueles ativos cujo o objetivo do modelo de negócios seja alcançado pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e ii) os termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamento do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
- Ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos que não se enquadrem nos itens "1" e "2" acima. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Passivos Financeiros: são classificados como mensurados ao custo amortizados; exceto os passivos derivativos.

O IFRS 13 define que a determinação do valor justo de um Ativo ou Passivo financeiro pode prever o uso de três abordagens quanto ao tipo de informação utilizada para avaliação, as quais são chamadas níveis de hierarquia de valor justo, a saber:

- Nível I: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível II: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível III: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

As classificações e mensurações adotadas para cada uma das categorias de instrumentos financeiros são apresentadas em tópicos específicos deste capítulo.

iii. Baixa

Ativos financeiros são baixados quando a) os direitos contratuais sobre seus fluxos de caixa expiram; ou b) quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são transferidos; ou c) quando não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não o controla.

Os passivos financeiros (ou uma parte de um passivo financeiro) são baixados quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou se expiram, conforme requer o IFRS 9, parágrafo 3.3.1.

O Banco realizou operações de cessão de crédito com coobrigação nas quais ativos financeiros reconhecidos foram transferidos, porém, em razão da coobrigação assumida, os riscos dos ativos cedidos se mantiveram retidos. Nestas circunstâncias, conforme requer o IFRS 9, parágrafo 3.2.3, os ativos cedidos não são baixados do balanço patrimonial e uma obrigação é reconhecida pelo montante captado na transação. O resultado da operação é reconhecido tomando por base a taxa efetiva da operação ao longo do seu prazo remanescente.

O Banco e suas controladas realizam a baixa de operação de crédito e adiantamentos e títulos de investimento quando estes não são considerados incobráveis.

iv. Compensação de ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço quando, e somente quando, o Banco e suas controladas possuem o direito legal de compensar os valores, e a intenção de liquidá-los pelo valor líquido ou de realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

As receitas e as despesas são apresentadas em bases líquidas somente quando permitido pelas normas contábeis.

c) Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Reais (R\$) à taxa de câmbio de compra, divulgado através de cotação no mercado, da data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em "resultado de variações cambiais".

d) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco e suas controladas decidiram manter sua contabilidade de *Hedge Accounting* alinhadas com as diretrizes de gestão de riscos estabelecidas em suas políticas contábeis de acordo com o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, tal como facultado pelo IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e descrito abaixo.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias do Banco e suas controladas ou atender solicitações de seus clientes. As valorizações ou desvalorizações são registradas em "Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos".

Os instrumentos financeiros derivativos realizados com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pelo IAS 39, são classificados de acordo com sua natureza em:

- *Hedge* de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado;
- *Hedge* de Fluxo de Caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada do patrimônio líquido.

O Banco e suas controladas não realizaram, até o momento, operação com instrumento financeiro derivativo com o objetivo de proteção (*hedge*) com natureza de "*hedge* de fluxo de caixa".

O Banco e suas controladas, conforme descrito na nota explicativa nº 6, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, fazem uso de instrumentos financeiros derivativos, contratos de SWAP registrados na B3, classificados como "*Hedge* de Risco de Mercado", tendo como objeto operações de empréstimos obtidos em moeda estrangeira e títulos classificados na categoria custo amortizado.



Para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela B3.

As operações de captação e depósitos interfinanceiros designadas para *hedge* de risco de mercado, como previsto no IAS 39, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 para cada respectivo vencimento, sendo: para as operações de captação Dólar x DI e Dólar x Libor; e DI x Pré para operações com depósitos interfinanceiros. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, assim, na mensuração subsequente reconhece-se em contrapartida ao resultado do período as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras.

A efetividade da proteção (*hedge*), conforme requer o IAS 39, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota explicativa nº 6.

e) Operações de crédito e adiantamentos

As operações de crédito e adiantamentos para instituições financeiras e clientes são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo, originados pelo Banco e por suas controladas, reconhecidos por ocasião do seu desembolso e que não existe intenção de venda no curto prazo. São baixadas quando o cliente paga sua obrigação, quando não há expectativa de gerar fluxo de caixa futuro (inadimplência), quando cedidas com transferência substancial de todos os riscos e benefícios ou quando transferidas para prejuízo. As operações de crédito e adiantamentos para instituições financeiras e clientes são inicialmente registradas pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo incremental diretamente atribuível e são subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, reduzido pelas perdas esperadas. Para as operações ou parcelas de operações de crédito e adiantamentos que sejam designados como objeto de *hedge*, e cujo relacionamento de *hedge* se qualifica para *hedge* contábil de valor justo, o valor de carregamento destas operações especificamente no que diz respeito ao risco *hedgeado* é ajustado a valor justo.

Operações de compra de ativos financeiros com compromisso de revenda são registradas como operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras. A diferença entre o preço de compra e revenda é tratada como juros e apropriado de forma exponencial ao longo do prazo da operação.

A controlada Alfa Arrendamento Mercantil S.A. é arrendadora em contratos de arrendamento mercantil financeiro que se caracterizam por transferir substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade sobre os ativos arrendados aos arrendatários. Estas operações são apresentadas como parte de "operações de crédito e adiantamentos a clientes" e são avaliadas pelo valor do investimento líquido no arrendamento acrescido dos encargos incrementais diretamente atribuíveis, sendo mensurados pelo custo amortizado, usando o método de taxa efetiva de juros.

f) Perdas esperadas de operações de crédito e adiantamentos

O IFRS 9 determina a utilização de um modelo prospectivo de "perda esperada". Isso exige um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam a perda esperada de crédito, que será determinada com base em probabilidades ponderadas.

A perda esperada de crédito é resultado do produto de 3 fatores: a probabilidade de descumprimento (PD), a perda irrecuperável do descumprimento (LGD) e a exposição ao descumprimento (EAD).

A PD refere-se à probabilidade de descumprimento de um cliente para com suas obrigações de liquidação de uma operação de crédito. A PD é calculada através de modelo estatístico interno baseada em informações sobre o cliente - seu risco interno (rating), produto, garantias prestadas, histórico financeiro com companhia entre outros. O LGD trata da perda irrecuperável do descumprimento da operação de crédito após o emprego de todas as medidas de recuperação e cobrança cabíveis no processo. Por fim a EAD refere-se à exposição contábil sujeita ao descumprimento da liquidação do crédito na data da apuração da perda esperada. Adicionalmente, além dos fatores utilizados na apuração da perda esperada, o Banco e suas controladas consideram o efeito de variáveis macroeconômicas, que podem sensibilizar esta apuração. A perda esperada é mensurada nas seguintes bases:

- a) Perdas de crédito esperada para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e
- b) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

O Banco e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data de apresentação; e;
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

g) Ativos recebidos em dação por recuperação de créditos

Os ativos originalmente recebidos em garantia, que são retomados em ações de cobrança ou recebidos em "dação em pagamento", são inicialmente classificados na rubrica "ativos recebidos em dação por recuperação de crédito" e são registrados, no seu reconhecimento inicial, pelo menor entre seu valor justo, deduzidos dos custos esperados na venda, e o valor contábil do crédito ou adiantamento concedido objeto da recuperação.

Subsequentemente, estes ativos são reavaliados no mínimo por ocasião dos balanços, pelo menor valor entre o valor de seu reconhecimento inicial e o seu valor justo deduzido dos custos esperados na venda.

h) Ativos tangíveis

O imobilizado é demonstrado pelo valor de custo, excluindo os gastos com manutenção, deduzida a depreciação acumulada e, se necessário, ajustado ao seu valor de recuperação.

A depreciação é calculada usando o método linear para baixar o custo do imobilizado ao seu valor residual ao longo de sua via útil estimada. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas de itens dos imobilizados são as seguintes:

Descrição	Tempo de vida útil estimado
Edificações	25 anos
Veículos e Equipamentos de Processamento de dados	05 anos
Demais itens	10 anos

O imobilizado é baixado na alienação ou quando benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda



líquida da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em “Outras receitas” na demonstração do resultado do exercício em que o ativo foi alienado.

i) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivativos incluem recursos de depósitos captados junto a clientes e instituições financeiras, títulos emitidos, captações de empréstimos e recursos de repasses.

Estes passivos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescidos dos custos de transação incorridos e são subsequentemente avaliados pelo seu custo amortizado, com base no método da taxa de juros efetiva.

Quando os títulos são vendidos com cláusulas de compromisso de recompra a um preço predeterminado, estes ativos são mantidos no balanço e uma obrigação é registrada considerando o montante captado. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como juros e reconhecido ao longo do prazo da operação.

Da mesma forma, portfólios de operações de crédito e adiantamentos cedidos com cláusula de coobrigação são mantidos no balanço e uma obrigação é registrada considerando o montante captado. Os ganhos e perdas apurados nas operações de cessão com coobrigação são reconhecidos no resultado ao longo do prazo das operações através do método da taxa de juros efetiva.

j) Garantias financeiras

As garantias financeiras são contratos de fianças prestadas que requerem do Banco e suas controladas pagamentos específicos no lugar do contratante/adquirente da garantia financeira em caso do mesmo deixar de efetuar um pagamento nos termos de um instrumento de dívida.

Passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, que é a comissão recebida ou a receber, a qual é reconhecida no resultado de forma linear ao longo do prazo do contrato da garantia financeira. O passivo de garantia financeira é subsequentemente contabilizado pelo maior valor entre o valor amortizado e a melhor estimativa de valor a ser desembolsado para liquidação da obrigação decorrente da garantia prestada. A Administração do Banco e suas controladas avaliam em bases contínuas a necessidade de constituição de provisão para garantias financeiras, a qual, quando considerada necessária, é contabilizada em “Passivos contingentes e obrigações legais”.

k) Imposto de renda e contribuição social

As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%); contribuição social a) 20% para o Banco a partir de 01/03/2020 conforme o artigo 32 da emenda constitucional 103 publicada em 13/11/2019, b) 25% para o Banco e 20% para as controladas no período de 1º de julho a 31/12/2021 retornando a 20% e 15%, respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme medida provisória nº 1.034 de 01/03/2021 (convertida na Lei nº 14.183/21); PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observada pelo Banco e suas controladas a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende aos impostos correntes e diferidos:

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido decorre de diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O benefício fiscal de prejuízos fiscais a compensar somente é reconhecido quando constatado que lucros tributáveis futuros serão gerados em montantes suficientes para sua compensação.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado, exceto quando estão relacionados com avaliação a valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda quando são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido.

l) Passivos contingentes e obrigações legais

As provisões, que incluem demandas legais contra a instituição e garantias financeiras prestadas, tendo como origem fatos passados, são constituídas sempre que uma saída de recursos para sua liquidação seja avaliada como provável e possa ser exigível legalmente, e o seu valor possa ser estimado em bases confiáveis.

As obrigações contingentes incluem demandas legais contra a instituição e garantias financeiras prestadas, decorrentes de fatos passados, mas cuja existência somente possa ser confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam sob o controle da instituição, são divulgadas em notas explicativas sempre que uma saída de recursos para sua liquidação seja avaliada como possível ou provável, neste último caso (provável), com a condição de que seus valores não possam ser estimados em bases confiáveis.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança.

m) Margem financeira

As receitas e despesas de juros são apresentadas em rubricas contábeis de receita de juros e despesas de juros, na margem financeira, para todos os instrumentos financeiros utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro com base nos contratos, para o valor corrente atual de balanço dos ativos e passivos financeiros. A taxa efetiva de juros é estabelecida no reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros e é revista subsequentemente em casos de renegociações de operações de crédito e adiantamentos que impliquem em mudança no seu fluxo estimado de pagamentos.

Para o cálculo da taxa efetiva de juros são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais dos instrumentos financeiros, não considerando, no entanto, perdas de crédito futuras. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todos os encargos incrementais diretamente atribuíveis às operações, que



incluem equalizações de taxas, ágios e deságios, e custos da transação que puderam ser atribuídos diretamente.

No que se refere aos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, o componente de juros inerente à variação no valor justo não é separado e é classificado na rubrica de resultado de instrumentos financeiros mantidos nessa classificação.

O ajuste decorrente de variação no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos mantidos para gestão de riscos que se qualificam para *hedge* contábil do tipo *hedge* de valor justo são contabilizados como receitas e despesas de juros, na margem financeira, mesmas rubricas onde são registrados os ajustes de variação no valor justo das exposições ao risco de taxa de juros, objeto de *hedge*.

As receitas de juros de operações de crédito e adiantamentos vencidas são reconhecidas até o 59º dia após o vencimento, quando deixam de ser reconhecidas pela fluência do prazo e passam a ser reconhecidas por ocasião do seu recebimento.

n) Resultado líquido de serviços e comissões

As receitas e as despesas de taxas e comissões que são incrementais e diretamente atribuíveis às operações de crédito integram a taxa efetiva de juros das operações e são apropriadas ao resultado nas rubricas de receitas ou despesas de juros, na margem financeira, ao longo dos prazos das operações.

As demais receitas de taxas e comissões, que incluem comissões, taxas de administração de fundos de investimentos e outras, são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados.

o) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações em circulação.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações diluidoras, se existentes, como as resultantes de dívida conversível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores.

O Banco e suas controladas não mantiveram durante os exercícios reportados nestas demonstrações financeiras, dívidas conversíveis ou programas de opções sobre ações próprias que tivessem o efeito de diluição dos resultados tal como previsto pelo IAS 33.

p) Segmentos operacionais

Segmento é um componente distinto de uma entidade que origina produtos ou serviços (segmento de negócio) ou fornece produtos ou serviços dentro de determinado ambiente econômico (segmento geográfico) e que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles dos demais segmentos, cujo os resultados operacionais sejam regularmente avaliados pelos principais tomadores de decisões.

Os segmentos operacionais reportados são definidos em uma abordagem gerencial do Banco e suas controladas, ou seja, são aqueles regularmente revisados pela sua Administração para avaliação de performance e alocação de recursos.

As atividades do Banco e suas controladas constituem um segmento único, o segmento de Atacado, o qual é composto principalmente por operações de capital de giro, aquisição de ativos, créditos vinculados à cessão, repasses do BNDES, gestão de recursos de terceiros e emissão de títulos como forma de captação.

4 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são avaliados em base contínua a valor justo ou ao custo amortizado. O resumo das práticas contábeis apresentado na nota explicativa nº 3 descreve como as classes de instrumentos financeiros são avaliadas, e como as receitas e despesas, incluindo os ganhos e perdas de ajuste a valor justo são reconhecidas.

a) Classes de ativos e passivos financeiros:

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos ativos e passivos financeiros por categoria conforme definido no IFRS 9 e por classe de operação que corresponde a títulos contábeis no Balanço Patrimonial.

	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	Mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente	Custo amortizado (empréstimos e recebíveis)	Custo Amortizado (ativos e passivos financeiros)	Total
Em 31 de dezembro de 2021:					
Ativos financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos	-	-	-	71.345	71.345
Instrumentos financeiros derivativos	81.019	-	-	-	81.019
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	9.838.866	-	-	-	9.838.866
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	-	-	6.257.803	-	6.257.803
Títulos para investimento	2.075.284	2.806.359	-	2.673.624	7.555.267
Total de ativos financeiros	11.995.169	2.806.359	6.257.803	2.744.969	23.804.300
Passivos financeiros					
Passivos com instituições financeiras	-	-	-	7.109.226	7.109.226
Passivos com clientes	-	-	-	4.353.070	4.353.070
Instrumentos financeiros derivativos	22.770	-	-	-	22.770
Títulos emitidos	-	-	-	8.157.833	8.157.833
Empréstimos e repasses	1.535.590	-	1.095.162	-	2.630.752
Total de passivos financeiros	1.558.360	-	1.095.162	19.620.129	22.273.651
Em 31 de dezembro de 2020:					
Ativos financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos	-	-	-	6.580	6.580
Instrumentos financeiros derivativos	11.382	-	-	-	11.382
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	7.355.362	-	-	75.727	7.431.089
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	-	-	3.582.980	-	3.582.980
Títulos para investimento	2.939.199	1.246.707	-	982.694	5.168.600
Total de ativos financeiros	10.305.943	1.246.707	3.582.980	1.065.001	16.200.631
Passivos financeiros					
Passivos com instituições financeiras	-	-	-	4.552.067	4.552.067
Passivos com clientes	-	-	-	2.983.445	2.983.445
Instrumentos financeiros derivativos	23.335	-	-	-	23.335
Títulos emitidos	-	-	-	5.333.817	5.333.817
Empréstimos e repasses	849.716	-	982.149	-	1.831.865
Total de passivos financeiros	873.051	-	982.149	12.869.329	14.724.529

b) Critério de valorização de instrumentos financeiros:

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos ativos e passivos financeiros segundo a técnica utilizada para sua mensuração, conforme definido no IFRS 9 e descrito na nota explicativa nº 3 "b" destas demonstrações financeiras consolidadas.

	Custo Amortizado Taxa Efetiva de Juros	Valor Justo		Total
		Nível I Preços de mercado cotados em mercados ativos	Nível II Técnica de valorização baseada em dados observáveis	
Em 31 de dezembro de 2021:				
Ativos financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos	71.345	-	-	71.345
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	81.019	81.019
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	-	-	9.838.866	9.838.866
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	6.257.803	-	-	6.257.803
Títulos para investimentos	2.673.624	4.604.173	277.470	7.555.267
Total de ativos financeiros	9.002.772	4.604.173	10.197.355	23.804.300
Passivos financeiros				
Passivos com instituições financeiras	7.109.226	-	-	7.109.226
Passivos com clientes	4.353.070	-	-	4.353.070
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	22.770	22.770
Títulos emitidos	8.157.833	-	-	8.157.833
Empréstimos e repasses	1.095.162	-	1.535.590	2.630.752
Total de passivos financeiros	20.715.291	-	1.558.360	22.273.651
Em 31 de dezembro de 2020:				
Ativos financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos	6.580	-	-	6.580
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	11.382	11.382
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	75.727	-	7.355.362	7.431.089
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	3.582.980	-	-	3.582.980
Títulos para investimentos	982.694	3.916.578	269.328	5.168.600
Total de ativos financeiros	4.647.981	3.916.578	7.636.072	16.200.631
Passivos financeiros				
Passivos com instituições financeiras	4.552.067	-	-	4.552.067
Passivos com clientes	2.983.445	-	-	2.983.445
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	23.335	23.335
Títulos emitidos	5.333.817	-	-	5.333.817
Empréstimos e repasses	982.149	-	849.716	1.831.865
Total de passivos financeiros	13.851.478	-	873.051	14.724.529

A metodologia utilizada para a mensuração dos ativos e passivos financeiros classificados como "nível II" (aplicações em depósitos interfinanceiros, instrumentos financeiros derivativos e operações de captações objeto de *hedge*) é o desconto a valor presente dos fluxos de caixa futuros destas operações, utilizando, para



tanto, taxas usuais de mercado divulgadas pela B3 para ativos semelhantes.

O Banco e suas controladas não possuem ativos ou passivos financeiros para os quais não existam dados para precificação disponíveis em mercados ativos, portanto, não apresentam saldos que tenham sido avaliados conforme nível III.

Os títulos para investimento são classificados ao Valor Justo por Meio do Resultado, conforme Modelo de Negócios.

c) Distribuição dos ativos e passivos financeiros por faixa de vencimento:

	Vencidos (a)	1 a 90 dias (b)	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Provisão para perda	Total
Em 31 de dezembro de 2021:							
Ativos Financeiros							
Caixa e disponibilidades em bancos	-	71.345	-	-	-	-	71.345
Instrumentos financeiros derivativos	-	13.328	35.441	1.035	31.215	-	81.019
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	-	726.659	1.572.410	4.862.399	2.677.398	-	9.838.866
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	28.442	2.124.741	2.327.540	1.567.939	259.076	(49.935)	6.257.803
Títulos para investimentos	-	343.469	1.807.531	4.733.483	670.784	-	7.555.267
Total de ativos financeiros	28.442	3.279.542	5.742.922	11.164.856	3.638.473	(49.935)	23.804.300
Passivos Financeiros							
Passivos com instituições financeiras	-	6.351.831	17.552	739.843	-	-	7.109.226
Passivos com clientes	-	1.172.225	1.525.169	1.638.284	17.392	-	4.353.070
Instrumentos financeiros derivativos	-	6.959	2.835	-	12.976	-	22.770
Títulos emitidos	-	874.893	3.367.386	3.537.922	377.632	-	8.157.833
Empréstimos e repasses	-	180.965	821.393	710.363	918.031	-	2.630.752
Total de passivos financeiros	-	8.586.873	5.734.335	6.626.412	1.326.031	-	22.273.651
Em 31 de dezembro de 2020:							
Ativos Financeiros							
Caixa e disponibilidades em bancos	-	6.580	-	-	-	-	6.580
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.062	94	7.226	-	-	11.382
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	-	2.392.491	2.049.135	2.870.228	119.235	-	7.431.089
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	-	892.500	1.276.956	1.125.488	313.677	(25.641)	3.582.980
Títulos para investimentos	-	660.933	1.859.229	2.176.085	472.353	-	5.168.600
Total de ativos financeiros	-	3.956.566	5.185.414	6.179.027	905.265	(25.641)	16.200.631
Passivos Financeiros							
Passivos com instituições financeiras	-	3.795.150	19.228	737.689	-	-	4.552.067
Passivos com clientes	-	207.099	809.531	1.957.351	9.464	-	2.983.445
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.401	1.785	6.573	13.576	-	23.335
Títulos emitidos	-	426.573	1.336.608	3.520.512	50.124	-	5.333.817
Empréstimos e repasses	-	188.552	200.537	811.344	631.432	-	1.831.865
Total de passivos financeiros	-	4.618.775	2.367.689	7.033.469	704.596	-	14.724.529

(a) Referem-se a contratos vencidos há mais de 14 dias.

(b) Incluem caixa e disponibilidades em bancos, ações de companhias abertas e cotas de fundo de investimento, sem data de vencimento.

Os depósitos a prazo, classificados na rubrica "Passivos com clientes", foram classificados de acordo com seus vencimentos contratuais e incluem o montante de R\$ 2.615.918 (31/12/2020 R\$ 2.599.354) referentes às captações com compromisso de liquidez que podem ser resgatados antecipadamente pelos clientes, todos registrados na B3.



d) Valor justo dos instrumentos financeiros:

A tabela a seguir apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos	71.345	71.345	6.580	6.580
Instrumentos financeiros derivativos	81.019	81.018	11.382	11.382
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	9.838.866	9.838.866	7.431.089	7.431.089
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	6.307.738	6.276.242	3.608.621	3.700.952
Títulos para investimento	7.555.267	7.287.860	5.168.600	5.316.783
Total de Ativos Financeiros	23.854.235	23.555.331	16.226.272	16.466.786
Passivos Financeiros				
Passivos com instituições financeiras	7.109.226	7.109.226	4.552.067	4.552.067
Passivos com clientes	4.353.070	4.534.491	2.983.445	3.204.648
Instrumentos financeiros derivativos	22.770	22.770	23.335	23.335
Títulos emitidos	8.157.833	8.514.412	5.333.817	5.507.719
Empréstimos e repasses	2.630.752	2.664.071	1.831.865	1.879.146
Total de Passivos Financeiros	22.273.651	22.844.970	14.724.529	15.166.915

5 Caixa e disponibilidades em bancos

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	1	2
Disponibilidades em moeda nacional	8.339	5.771
Disponibilidades em moeda estrangeira	63.005	807
Total	71.345	6.580

6 Instrumentos financeiros derivativos

O Banco e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tanto para atender as necessidades de seus clientes como na execução de sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, câmbio e preços de ativos contidos nos instrumentos financeiros em operações comerciais e financeiras, podendo se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que, dentro dos limites de exposição aprovados para o Banco e suas controladas, com acompanhamento pela área de risco e com a autorização do Diretor de Tesouraria.

Para comercializar instrumentos financeiros derivativos com os clientes é necessária a existência de limites de crédito previamente aprovados e tais operações são neutralizadas de forma a eliminar eventuais riscos trazidos para o Banco e suas controladas.

Os principais fatores de risco dos instrumentos financeiros derivativos assumidos até 31/12/2021 eram relacionados a taxas pré-fixadas e taxas de câmbio e todas as operações foram efetuadas para neutralizar exposições com outros instrumentos financeiros da carteira. Portanto, na referida data base, não havia instrumentos financeiros derivativos com outros objetivos que não fossem para proteção patrimonial.

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros, de swap, *NDF*

e de opções, registrados na B3, envolvendo taxas pré-fixadas, mercado interfinanceiro (DI), variação cambial ou índice de preços e correspondiam somente a operações para proteção patrimonial.

Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo).

Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento indexador, demonstrada pelo seu valor de referência, de custo amortizado e de valor justo.

a) Instrumentos financeiros derivativos

	31/12/2021		31/12/2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	30.333	9.794	11.382	3.186
Instrumentos financeiros derivativos para <i>hedge</i> de valor justo	50.686	12.976	-	20.149
Total	81.019	22.770	11.382	23.335

b) Instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo
Swaps						
Mercado interfinanceiro	90.805	94.597	95.001	16.213	16.234	16.234
Moeda Estrangeira	8.330	8.339	9.176	10.000	10.049	10.646
Índices	128.640	140.890	141.960	41.912	48.854	51.827
Posição ativa	227.775	243.826	246.137	68.125	75.137	78.707
Pré	1.663	1.673	1.745	-	-	-
Mercado interfinanceiro	135.307	140.389	142.692	51.912	55.411	55.872
Moeda Estrangeira	90.805	95.696	95.890	16.213	16.544	16.605
Posição passiva	227.775	237.758	240.327	68.125	71.955	72.477
Contratos de swaps – exposição líquida	-	6.068	5.810	-	3.182	6.230
Non Deliverable Forwrd - NDF						
Posições Ativas	491.152	495.590	494.300	41.051	212.773	212.534
Posições Passivas	491.152	498.468	496.798	41.051	214.611	213.586
Exposição Líquida - NDF	-	(2.878)	(2.498)	-	(1.838)	(1.052)
Prêmios de opções	-	-	-	-	(852)	(32)
Operações de câmbio						
Venda de câmbio	-	-	-	(8)	9.954	(8)
Compra de câmbio	17.227	463.836	17.227	3.058	147.398	3.058
Total operações de câmbio	17.227	463.836	17.227	3.050	157.352	3.050
Total Geral			20.539			8.196

c) Instrumentos financeiros derivativos para *hedge* de valor justo:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Valor de	Custo	Valor Justo	Valor de	Custo	Valor Justo
	Referência	Amortizado		Referência	Amortizado	
Swaps						
Moeda estrangeira	1.490.225	1.552.300	1.602.053	869.550	857.622	895.256
Posição ativa	1.490.225	1.552.300	1.602.053	869.550	857.622	895.256
Mercado interfinanceiro	1.490.225	1.497.879	1.564.343	869.550	869.862	915.405
Posição passiva	1.490.225	1.497.879	1.564.343	869.550	869.862	915.405
Contratos de swaps – exposição líquida	-	54.421	37.710	-	(12.240)	(20.149)
Item objeto de hedge		1.536.120	1.535.590		857.523	849.716

d) Contratos de futuros:
Negociação:

	Quantidade de Contratos	Valor Referencial	Valor Justo	Quantidade de Contratos	Valor Referencial	Valor Justo
Compromissos de compra – DDI	170	47.346	-	830	215.234	-
Compromissos de venda – DDI	430	(119.541)	-	80	(20.514)	-
Compromissos de compra – DI	13.400	1.294.268	-	371	33.709	-
Compromissos de venda – DI	20.690	(1.717.147)	-	18.933	(1.841.543)	-
Compromissos de compra – Dólar	40	11.161	-	270	69.926	-
Compromissos de venda – Dólar	730	(205.018)	-	570	(148.106)	-
Compromissos de venda – DAP	1.657	(3.138)	-	1.180	(2.794)	-
Compromissos de venda – WIN	78	(1.651)	-	-	-	-
Compromissos de compra – WDO	40	2.247	-	-	-	-
Compromissos de venda – EUP	68	(4.287)	-	-	-	-
Compromissos de venda de índices	-	-	-	25	(596)	-
Compromissos de venda – T10	55	(40.025)	-	-	-	-
Total contratos futuros	37.358	(735.785)	-	22.259	(1.694.684)	-

Hedge:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Quantidade de Contratos	Valor Referencial	Valor Justo	Quantidade de Contratos	Valor Referencial	Valor Justo
Compromissos de venda – DDI	15.870	(1.216.054)	-	23.680	(2.317.388)	-
Total contratos futuros	15.870	(1.216.054)	-	23.680	(2.317.388)	-

e) Os seguintes valores a receber (ativo) e a pagar (passivo) foram registrados em contas patrimoniais sob o título "Instrumentos financeiros derivativos":

	31/12/2021			31/12/2020		
	Ativo - Saldo a Receber			Ativo - Saldo a Receber		
	justo por meio do resultado	Hedge de valor justo	Total	justo por meio do resultado	Hedge de valor justo	Total
Swap	8.051	50.686	58.737	6.602	-	6.602
Câmbio	17.227	-	17.227	3.050	-	3.050
NDF	5.055	-	5.055	1.730	-	1.730
TOTAL	30.333	50.686	81.019	11.382	-	11.382

	31/12/2021			31/12/2020		
	Passivo - Saldo a Pagar			Passivo - Saldo a Pagar		
	justo por meio do resultado	Hedge de valor justo	Total	justo por meio do resultado	Hedge de valor justo	Total
Swap	2.241	12.976	15.217	372	20.149	20.521
NDF	7.553	-	7.553	2.782	-	2.782
Prêmios de opções	-	-	-	32	-	32
TOTAL	9.794	12.976	22.770	3.186	20.149	23.335

f) O saldo de instrumentos financeiros derivativos a pagar/receber estavam distribuídos segundo as seguintes faixas de vencimento:

ATIVO

Mensurado ao valor justo por meio do resultado:

	31/12/2021					31/12/2020				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total
Swap	975	6.041	1.035	-	8.051	186	1.124	5.292	-	6.602
Câmbio	9.981	7.246	-	-	17.227	2.211	(1.095)	1.934	-	3.050
NDF	2.372	2.683	-	-	5.055	1.665	65	-	-	1.730
Subtotal	13.328	15.970	1.035	-	30.333	4.062	94	7.226	-	11.382

Hedge de valor justo:

	31/12/2021					31/12/2020				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total
Swap	-	19.471	-	31.215	50.686	-	-	-	-	-
Subtotal	-	19.471	-	31.215	50.686	-	-	-	-	-
Total	13.328	35.441	1.035	31.215	81.019	4.062	94	7.226	-	11.382

PASSIVO

Mensurado ao valor justo por meio do resultado:

	31/12/2021					31/12/2020				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total
Swap	(2.223)	(18)	-	-	(2.241)	(372)	-	-	-	(372)
Prêmios de opções	-	-	-	-	-	(4)	(28)	-	-	(32)
NDF	(4.736)	(2.817)	-	-	(7.553)	(1.025)	(1.757)	-	-	(2.782)
Total	(6.959)	(2.835)	-	-	(9.794)	(1.401)	(1.785)	-	-	(3.186)

Hedge de valor justo:

	31/12/2021					31/12/2020				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total
Swap	-	-	-	(12.976)	(12.976)	-	-	(6.572)	(13.577)	(20.149)
Subtotal	-	-	-	(12.976)	(12.976)	-	-	(6.572)	(13.577)	(20.149)
Total	(6.959)	(2.835)	-	(12.976)	(22.770)	(1.401)	(1.785)	(6.572)	(13.577)	(23.335)

g) Os seguintes resultados foram apurados sob o título “Resultado de instrumentos financeiros derivativos”:

	2021			2020		
	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	Hedge de valor justo	Total	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	Hedge de valor justo	Total
Swap	(835)	29.018	28.183	129.529	(20.149)	109.380
Futuro	124.893	82.161	207.054	(57.987)	5.869	(52.118)
Prêmios de opções	(565)	-	(565)	1.312	-	1.312
NDF	(28.465)	-	(28.465)	12.064	-	12.064
TOTAL	95.028	111.179	206.207	84.918	(14.280)	70.638

h) O total dos ajustes de marcação a mercado, registrado sob o título “Resultado de instrumentos financeiros derivativos”:

	2021			2020		
	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	Hedge de valor justo	Total	Mensurado ao valor justo por meio do	Hedge de valor justo	Total
Swap	(3.306)	(8.802)	(12.108)	(269)	(13.658)	(13.927)
Prêmios de opções	(820)	-	(820)	820	-	820
NDF	(406)	-	(406)	786	-	786
TOTAL	(4.532)	(8.802)	(13.334)	1.337	(13.658)	(12.321)

i) Contabilidade de hedge:

O Banco e suas controladas adotaram a prerrogativa prevista no IFRS 9, especificamente item 6.1.3, portanto, mantém a contabilidade de *hedge* conforme determina o IAS 39.

O Banco e suas controladas realizaram operações de *hedge* de valor justo de exposição à variação cambial representada por operações de captação e também através da estratégia de *hedge* a Administração tem por objetivo proteger o spread de suas operações com depósitos interfinanceiros, realizado nos termos do IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

i.1) Hedge de valor justo de exposição de variação cambial:

Com relação ao risco de variação cambial representado por empréstimo em moeda estrangeira, o Banco e suas controladas adotaram a prática de se proteger, em consonância com suas políticas de gestão de riscos, levando em consideração as taxas de captação praticadas. A estratégia de *hedge* adotada tem por objetivo proteger o *spread* de captação.

Estas operações de *hedge* são realizadas em conformidade com o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, que exige avaliação periódica de efetividade do *hedge* e o registro a valor justo tanto do instrumento financeiro derivativo como do item objeto de *hedge*, considerando tratar-se de uma operação de *hedge* de risco de mercado.

7 Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras

a) Análise das operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras por faixa de vencimento:

	31/12/2021					31/12/2020				
	1 a 90 dias	91 a 360	361 a	Acima de	Saldo	1 a 90 dias	91 a 360	361 a	Acima de	Saldo
		dias	1.080 dias	1.080 dias			1.080 dias	dias	1.080 dias	
Aplicações em operações compromissadas (i)	100.854	-	-	-	100.854	1.924.909	-	-	-	1.924.909
Aplicações em depósitos interfinanceiros	625.805	1.572.410	4.862.399	2.677.398	9.738.012	371.948	2.043.269	2.870.228	119.235	5.404.680
Aplicações em moedas estrangeiras	-	-	-	-	-	25.773	-	-	-	25.773
Repasses Interfinanceiros	-	-	-	-	-	69.861	5.866	-	-	75.727
Total	726.659	1.572.410	4.862.399	2.677.398	9.838.866	2.392.491	2.049.135	2.870.228	119.235	7.431.089

(i) As aplicações em operações compromissadas são lastreadas por títulos públicos federais.

b) Características das operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Vencimento	Taxa de juros	Valor contábil	Vencimento	Taxa de juros	Valor contábil
Aplicações em operações compromissadas	03/01/2022	de 9,15% a.a	100.854	04/01/2021	de 1,80% a 1,90% a.a	1.924.909
Aplicações em depósitos interfinanceiros	26/02/2031	pré-fixada de 4,33% até 13,25% a.a.	1.626.104	01/03/2028	pré-fixada de 1,93% até 10,97% a.a.	2.534.374
Aplicações em moedas estrangeiras	15/12/2025	100,00% até 112,00% do CDI	8.111.908	20/03/2023	96,00% até 112,00% do CDI	2.870.306
Repasses Interfinanceiros	-	-	-	04/01/2021	0,030% a.a.	25.773
	-	-	-	01/06/2021	5% a.a.	75.727
Total			9.838.866			7.431.089

c) Análise da movimentação por perdas esperadas:

Em processo contínuo de análise de crédito na carteira de operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras, o Banco e suas controladas não detectaram a necessidade de constituir provisão para perdas esperadas para estes ativos.

8 Operações de crédito e adiantamentos a clientes

a) Composição do saldo de operações de crédito e adiantamentos a clientes:

	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e títulos descontados	3.875.630	2.109.216
Financiamentos	1.350.146	895.074
Arrendamento financeiro	634.993	465.211
Adiantamentos de contrato de câmbio	446.969	139.120
Total de operações de crédito e adiantamentos a clientes	6.307.738	3.608.621
Total de provisão para perdas esperadas	(49.935)	(25.641)
Saldo total de operações de crédito e adiantamentos a clientes	6.257.803	3.582.980

b) Análise das operações de crédito e adiantamentos a clientes por faixa de vencimento:

	31/12/2021					31/12/2020				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo
	Parcelas vincendas									
Empréstimos e títulos descontados	1.680.564	1.391.332	737.532	64.279	3.873.707	670.587	885.832	418.239	134.558	2.109.216
Financiamentos	206.596	517.329	539.532	86.345	1.349.802	102.056	213.967	511.774	67.277	895.074
Arrendamento financeiro	59.398	160.259	305.335	110.001	634.993	42.840	115.054	195.475	111.842	465.211
Adiantamentos de contrato de câmbio	179.801	267.168	-	-	446.969	77.017	62.103	-	-	139.120
Sub-total de operações de crédito e adiantamentos a clientes vincendas	2.126.359	2.336.088	1.582.399	260.625	6.305.471	892.500	1.276.956	1.125.488	313.677	3.608.621
Parcelas vencidas (a)										
Empréstimos e títulos descontados	727	1.196	-	-	1.923	-	-	-	-	-
Financiamentos	344	-	-	-	344	-	-	-	-	-
Sub-total de operações de crédito e adiantamentos a clientes vencidas	1.071	1.196	-	-	2.267	-	-	-	-	-
Total de Operações de crédito e adiantamento a clientes	2.127.430	2.337.284	1.582.399	260.625	6.307.738	892.500	1.276.956	1.125.488	313.677	3.608.621

(a) Saldo das parcelas vencidas há mais de 14 dias.

c) Análise das operações de crédito e adiantamentos a clientes por modalidade:

	31/12/2021			31/12/2020		
	A Vencer	Vencidos (*)	Total	A Vencer	Vencidos (*)	Total
Conta garantida	6.556	-	6.556	1.539	-	1.539
Capital de giro	1.967.757	22.013	1.989.770	1.097.661	-	1.097.661
Vendor	5.814	-	5.814	18.024	-	18.024
Compror	14.576	-	14.576	17.312	-	17.312
Direitos a receber - aquisição de ativos	1.858.915	-	1.858.915	974.680	-	974.680
Financiamentos	1.343.716	6.429	1.350.145	895.074	-	895.074
ACC/ACE	446.969	-	446.969	139.120	-	139.120
Arrendamento mercantil financeiro	634.993	-	634.993	465.211	-	465.211
Total	6.279.296	28.442	6.307.738	3.608.621	-	3.608.621

(*) Saldo de operações vencidas há mais de 14 dias.

d) Análise das operações de crédito e adiantamentos a clientes por modalidade e faixa de vencimento:

	31/12/2021					
	Vencidos	A Vencer				Total
		1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	
Conta garantida	-	450	6.106	-	-	6.556
Capital de giro	22.013	225.459	951.979	726.040	64.279	1.989.770
Vendor	-	5.761	53	-	-	5.814
Compror	-	12.514	2.062	-	-	14.576
Direitos a receber - aquisição de ativos	-	1.435.170	423.745	-	-	1.858.915
Financiamentos	6.429	206.188	516.168	536.564	84.796	1.350.145
ACC/ACE	-	179.801	267.168	-	-	446.969
Arrendamento mercantil financeiro	-	59.398	160.259	305.335	110.001	634.993
Total	28.442	2.124.741	2.327.540	1.567.939	259.076	6.307.738
	31/12/2020					
	Vencidos	A Vencer				Total
		1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	
Conta garantida	-	-	1.539	-	-	1.539
Capital de giro	-	84.188	461.840	417.075	134.558	1.097.661
Vendor	-	12.969	5.055	-	-	18.024
Compror	-	7.487	9.825	-	-	17.312
Direitos a receber - aquisição de ativos	-	565.943	407.573	1.164	-	974.680
Financiamentos	-	102.056	213.967	511.774	67.277	895.074
ACC/ACE	-	77.017	62.103	-	-	139.120
Arrendamento mercantil financeiro	-	42.840	115.054	195.475	111.842	465.211
Total	-	892.500	1.276.956	1.125.488	313.677	3.608.621

e) Análise da movimentação para perdas esperadas:

	2021	2020
Saldo inicial dos exercícios	25.641	30.177
Complemento líquido de reversão	18.299	5.094
Baixas líquidas dos valores recuperados	5.995	(9.630)
Saldo final dos exercícios	49.935	25.641

A renegociação é qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. Em resposta aos impactos da pandemia do COVID 19 na economia, o BACEN emitiu, em março de 2020, a Resolução nº 4.782 que introduziu medidas de flexibilização no tratamento de créditos renegociados. No mesmo mês, o BNDES permitiu a suspensão temporária no pagamento dos empréstimos contratados de forma direta ou indireta com a instituição, medida conhecida como *standstill*.

Nesse contexto, o Banco e suas controladas concederam ajustes pontuais a alguns de seus clientes, tanto pessoas físicas quanto jurídicas. Em 31/12/2021, o montante total de operações com essa característica somava R\$ 117.872 (31/12/2020 R\$ 285.088).

Para aqueles contratos com alteração nos prazos de vencimento, acordo e que tenham apresentado deterioração nas condições de riscos apresentados anteriormente, o saldo de renegociados em 31/12/2021 é de R\$ 40.067 (31/12/2020 R\$ 24.696).

f) Análise das receitas de juros de operações de crédito e adiantamentos a clientes:

	2021	2020
Receitas de juros de operações de crédito e adiantamentos a clientes		
Empréstimos e títulos descontados	274.253	153.531
Financiamentos	100.647	120.165
Arrendamento financeiro	43.098	23.876
Adiantamentos de contrato de câmbio	16.051	8.718
Total de receitas de juros de operações de crédito e adiantamentos a clientes	434.049	306.290

a) Composição dos títulos para investimento:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Livres		
Títulos de dívida pública	995.546	810.692
- Letras financeiras do tesouro	98.891	225.899
- Letras do tesouro nacional	737.222	264.117
- Notas do tesouro nacional	159.433	320.676
Cotas de fundos de investimento	39.947	49.748
Letras financeiras	13.161	7.957
Notas promissórias	-	1.041
Fundo imobiliário	16.649	-
Certificado de recebíveis imobiliários	-	48.014
Certificado de recebíveis de agronegócio	4.626	962
Ações de companhias abertas	15.373	10.238
Debêntures	102.311	180.175
Subtotal	1.187.613	1.108.827
Vinculados		
Títulos de dívida pública	887.671	1.800.942
- Letras financeiras do tesouro	1.144	468.615
- Letras do tesouro nacional	886.187	1.332.327
- Notas do tesouro nacional	340	-
Cotas de fundos de investimento	-	29.364
Ações de companhias abertas	-	121
Sub-total	887.671	1.830.427
Total	2.075.284	2.939.254
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente		
Livres		
Títulos de dívida pública	1.411.355	602.072
- Letras financeiras do tesouro	1.119.519	-
- Letras do tesouro nacional	291.836	602.072
Certificado de recebíveis imobiliários	9.200	15.014
Certificado de recebíveis de agronegócio	-	10.203
Debêntures	161.998	80.155
Subtotal	1.582.553	707.444
Vinculados		
Títulos de dívida pública	1.223.806	539.208
- Letras financeiras do tesouro	64.172	-
- Letras do tesouro nacional	1.159.634	539.208
Subtotal	1.223.806	539.208
Total	2.806.359	1.246.652
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Livres		
Títulos de dívida pública	1.261.979	330.840
- Letras financeiras do tesouro	488.208	106.370
- Letras do tesouro nacional	448.745	224.470
- Notas do tesouro nacional	325.026	-
Notas promissórias	45.135	79.704
Cédulas do produto rural	317.550	184.355
Certificado de recebíveis de agronegócio	438.664	22.802
Certificados de direitos creditórios do agronegócio	6.010	-
Debêntures	164.240	173.913
Subtotal	2.233.578	791.614
Vinculados		
Títulos de dívida pública	91.299	-
- Letras financeiras do tesouro	75.397	-
- Notas do tesouro nacional	15.902	-
Cotas de fundos de investimento	30.735	-
Debêntures	318.012	191.080
Sub-total	440.046	191.080
Total	2.673.624	982.694
Total geral de títulos para investimento	7.555.267	5.168.600

b) Composição dos títulos para investimento por faixa de vencimento:

	31/12/2021					
	1 a 90 dias (1)	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo contábil	Valor de custo (2)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado						
Títulos de dívida pública	13.590	-	1.869.081	546	1.883.217	1.907.013
- Letras financeiras do tesouro	13.590	-	86.445	-	100.035	100.013
- Letras do tesouro nacional	-	-	1.623.409	-	1.623.409	1.647.340
- Notas do tesouro nacional	-	-	159.227	546	159.773	159.660
Cotas de fundos de investimento	39.947	-	-	-	39.947	39.947
Letras financeiras	-	3.358	6.394	3.409	13.161	13.161
Fundo imobiliário	16.649	-	-	-	16.649	19.959
Certificado de recebíveis de agronegócio	-	-	-	4.626	4.626	4.798
Ações de companhias abertas	15.373	-	-	-	15.373	16.846
Debêntures	-	541	7.136	94.634	102.311	100.692
Total	85.559	3.899	1.882.611	103.215	2.075.284	2.102.416
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente						
Títulos de dívida pública	-	1.317.329	1.317.832	-	2.635.161	2.658.499
- Letras financeiras do tesouro	-	-	1.183.691	-	1.183.691	1.183.291
- Letras do tesouro nacional	-	1.317.329	134.141	-	1.451.470	1.475.208
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	9.200	9.200	9.235
Debêntures	-	-	15.327	146.671	161.998	161.929
Total	-	1.317.329	1.333.159	155.871	2.806.359	2.829.663
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Títulos de dívida pública	179.985	-	913.095	260.198	1.353.278	1.353.278
- Letras financeiras do tesouro	-	-	452.253	111.352	563.605	563.605
- Letras do tesouro nacional	179.985	-	268.760	-	448.745	448.745
- Notas do tesouro nacional	-	-	192.082	148.846	340.928	340.928
Notas promissórias	2.643	5.433	21.168	15.891	45.135	45.135
Cédulas do produto rural	44.547	99.582	173.421	-	317.550	317.550
Cotas de fundos de investimento	30.735	-	-	-	30.735	30.735
Certificado de recebíveis de agronegócio	-	336.060	17.040	85.564	438.664	438.664
Certificados de direitos creditórios do agronegócio	-	6.010	-	-	6.010	6.010
Debêntures	-	39.218	392.989	50.045	482.252	482.252
Total	257.910	486.303	1.517.713	411.698	2.673.624	2.673.624
Total geral de títulos para investimento	343.469	1.807.531	4.733.483	670.784	7.555.267	7.605.703

	31/12/2020					
	1 a 90 dias (1)	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo contábil	Valor de custo (2)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado						
Títulos de dívida pública	321.128	1.021.658	1.262.986	5.862	2.611.634	2.618.766
- Letras financeiras do tesouro	452	817	687.383	5.862	694.514	692.926
- Letras do tesouro nacional	-	1.020.841	575.603	-	1.596.444	1.605.288
- Notas do tesouro nacional	320.676	-	-	-	320.676	320.552
Nota Promissória	-	1.041	-	-	1.041	1.041
Cotas de fundos de investimento	79.112	-	-	-	79.112	79.112
Letras financeiras	-	-	1.795	6.162	7.957	7.784
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	48.014	48.014	48.186
Certificado de recebíveis de agronegócio	-	-	-	962	962	950
Ações de companhias abertas	10.359	-	-	-	10.359	9.563
Debêntures	-	-	12.653	167.522	180.175	247.287
Total	410.599	1.022.699	1.277.434	228.522	2.939.254	3.012.689
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente						
Títulos de dívida pública	-	661.611	479.669	-	1.141.280	1.118.994
- Letras do tesouro nacional	-	661.611	479.669	-	1.141.280	1.118.994
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	15.014	15.014	15.069
Certificado de recebíveis de agronegócio	-	-	-	10.203	10.203	10.144
Debêntures	-	-	-	80.155	80.155	79.717
Total	-	661.611	479.669	105.372	1.246.652	1.223.924
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Títulos de dívida pública	-	49.706	174.764	106.370	330.840	330.840
- Letras financeiras do tesouro	-	-	-	106.370	106.370	106.370
- Letras do tesouro nacional	-	49.706	174.764	-	224.470	224.470
Notas promissórias	-	79.704	-	-	79.704	79.704
Cédulas do produto rural	29.836	24.413	130.106	-	184.355	184.355
Certificado de recebíveis de agronegócio	-	-	-	22.802	22.802	22.802
Debêntures	220.498	21.096	114.112	9.287	364.993	376.221
Total	250.334	174.919	418.982	138.459	982.694	993.922
Total geral de títulos para investimento	660.933	1.859.229	2.176.085	472.353	5.168.600	5.230.535

(1) Inclui ações de companhias abertas e cotas de fundo de investimento que não possuem prazo de vencimento final.

(2) Representado pelo valor de custo de aquisição acrescido dos rendimentos contratuais até a data do balanço.



c) Títulos e valores mobiliários - vinculados:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Vinculados a operações compromissadas	886.187	1.736.421
- Letras financeiras do tesouro	-	404.094
- Letras do tesouro nacional	886.187	1.332.327
Vinculados a prestação de garantias	1.484	64.521
- Letras financeiras do tesouro	1.144	64.521
- Notas do tesouro nacional	340	-
Ações de companhias abertas	-	121
Cotas de fundos de investimento	-	29.364
Subtotal	887.671	1.830.427
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente		
Vinculados a operações compromissadas	1.159.634	539.208
- Letras do tesouro nacional	1.159.634	539.208
Vinculados a prestação de garantias	64.172	-
- Letras financeiras do tesouro	64.172	-
Subtotal	1.223.806	539.208
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Vinculados a operações compromissadas	318.012	191.080
- Debêntures	318.012	191.080
Vinculados a prestação de garantias	122.034	-
- Letras financeiras do tesouro	75.397	-
- Notas do tesouro nacional	15.902	-
- Cotas de fundos de investimento	30.735	-
Sub-total	440.046	191.080
Total de títulos e valores mobiliários – vinculados	2.551.523	2.560.715

10 Outros ativos

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais	71.450	81.278
Despesas antecipadas	24.464	41.371
Serviços prestados a receber	7.740	1.222
Tributos antecipados	17.547	15.697
Outros	13.432	8.821
Total	134.633	148.389

11 Passivos com instituições financeiras

a) Composição dos passivos com instituições financeiras por faixa de vencimento:

	31/12/2021			Total
	1 a 90 dias (1)	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	
Obrigações por operações compromissadas - carteira própria	2.354.922	-	-	2.354.922
Depósitos interfinanceiros	3.996.909	17.552	739.843	4.754.304
Total	6.351.831	17.552	739.843	7.109.226

	31/12/2020			Total
	1 a 90 dias (1)	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	
Obrigações por operações compromissadas - carteira própria	2.446.252	-	-	2.446.252
Depósitos interfinanceiros	1.348.898	19.228	737.689	2.105.815
Total	3.795.150	19.228	737.689	4.552.067

b) Características dos passivos com instituições financeiras:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Vencimento(1)	Taxa de juros	Valor contábil	Vencimento(1)	Taxa de juros	Valor contábil
Obrigações por operações compromissadas	03/01/2022	9,15%a.a	2.035.004	04/01/2021	1,90%a.a	2.265.057
	28/01/2022	85,00% do CDI	319.918	29/01/2021	84,00% do CDI	181.195
Depósitos de instituições financeiras pós-fixados	01/12/2023	de 100,00% a 106,5% do CDI	4.754.304	27/05/2022	de 100,00% a 102,00% do CDI	2.105.815
Total de depósitos de instituições financeiras			7.109.226			4.552.067

(1) Os passivos com instituições financeiras possuem vencimentos contratuais que variam de transação para transação. Esta informação reflete a transação realizada que, na data destas demonstrações financeiras consolidadas, possui o prazo mais longo.

12 Passivos com clientes

a) Composição dos passivos com clientes por faixa de vencimento:

	31/12/2021					31/12/2020				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo
Depósitos a prazo	1.172.225	1.525.169	1.638.284	17.392	4.353.070	207.099	809.531	1.957.351	9.464	2.983.445
Total	1.172.225	1.525.169	1.638.284	17.392	4.353.070	207.099	809.531	1.957.351	9.464	2.983.445

b) Características dos passivos com clientes:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Vencimento (1)	Taxa de juros	Valor contábil	Vencimento (1)	Taxa de juros	Valor contábil
Depósitos a prazo de clientes pré-fixados	27/10/2025	de 2,6% a 13,15% a.a.	112.021	22/11/2024	de 1,73% a 7,50% a.a.	133.939
Depósitos a prazo de clientes IPC-A	11/11/2024	5,55% a.a	102.165	17/02/2021	4,63% a.a	141
Depósitos a prazo de clientes pós-fixados	28/09/2025	de 94,00% a 114,00% do CDI	4.138.884	28/09/2025	de 94,00% a 109,00% do CDI	2.849.365
Total			4.353.070			2.983.445

(1) Os passivos com clientes possuem vencimentos contratuais que variam de transação para transação. Esta informação reflete a transação realizada que na data destas demonstrações financeiras possui o prazo mais longo.

13 Títulos emitidos

a) Composição dos títulos emitidos por faixa de vencimento:

	31/12/2021				Saldo
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	
Letras financeiras	576.339	2.733.629	3.504.103	377.632	7.191.703
Letras de crédito do agronegócio	261.340	623.543	21.337	-	906.220
Letras de crédito imobiliário	7.738	10.214	-	-	17.952
Letras de arrendamento mercantil	29.476	-	12.482	-	41.958
Total	874.893	3.367.386	3.537.922	377.632	8.157.833

	31/12/2020				Saldo
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	
Letras de crédito do agronegócio	166.390	224.761	72.307	-	463.458
Letras financeiras	127.717	1.048.558	3.404.826	50.124	4.631.225
Letras de arrendamento mercantil	115.633	48.422	33.618	-	197.673
Letras de crédito imobiliário	16.833	14.867	9.761	-	41.461
Total	426.573	1.336.608	3.520.512	50.124	5.333.817

b) Características dos títulos emitidos:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Vencimento (1)	Taxa de juros	Valor contábil	Vencimento (1)	Taxa de juros	Valor contábil
Títulos pré-fixados	26/02/2031	de 3,46% a.a. até 13,5% a.a.	974.645	22/12/2025	de 1,85% a.a. até 11,17% a.a.	448.523
Títulos pós-fixados	28/10/2026	de 92,00% até 130,00% do CDI	6.789.020	17/12/2025	de 94,00% até 130,00% do CDI	4.798.775
	05/02/2028	de 0,05% a.a até 6,35% a.a + 100% do IPCA	394.168	21/12/2025	de 0,05% a.a até 6,03% a.a + 100% do IPCA	86.519
Total			8.157.833			5.333.817

(1) Os títulos emitidos possuem vencimentos contratuais que variam de transação para transação. Esta informação reflete a transação realizada que na data destas demonstrações financeiras possui o prazo mais longo.

14 Empréstimos e repasses

a) Composição de empréstimos e repasses por faixa de vencimento:

	31/12/2021				Total
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira	143.009	590.578	334.794	836.985	1.905.366
Obrigações por repasses – BNDES	9.208	138.661	190.983	7.745	346.597
Obrigações por repasses – FINAME	28.748	92.154	184.586	73.301	378.789
Total	180.965	821.393	710.363	918.031	2.630.752

	31/12/2020				Total
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira	75.703	38.125	302.604	564.362	980.794
Obrigações por empréstimos no exterior	69.078	5.814	-	-	74.892
Obrigações por repasses – BNDES	18.962	83.819	349.087	24.115	475.983
Obrigações por repasses – FINAME	24.809	72.779	159.653	42.955	300.196
Total	188.552	200.537	811.344	631.432	1.831.865

b) Características dos empréstimos e repasses:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Vencimento (1)	Taxa de juros	Valor contábil	Vencimento (1)	Taxa de juros	Valor contábil
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira	17/12/2025	de: 0,660%a.a até 2,248%a.a	1.905.368	02/06/2021	de 2,58938% a.a. a 3,31375% a.a.	74.892
Obrigações por empréstimos no país				15/12/2025	de 0,60% a.a. a 3,77% a.a.	980.794
Obrigações no exterior						
Obrigações no País pré-fixados	15/01/2025	de 0,80% a 8,40% a.a	37.564	15/01/2025	de 0,80% à 16,14% a.a.	74.740
Obrigações no País pós-fixados	15/08/2028	de 1,25% a 2,45% a.a + Selic	362.214	17/08/2026	de 1,55% à 2,61% a.a.+SELIC	247.873
	15/05/2026	de 1,60% a 2,10% a.a + TJLP	18.770	15/05/2026	de 1,10% à 2,10% a.a.+TJLP	118.210
	15/05/2026	de 2,799% a 5,49% a.a + TLP-IPC	83.366	15/01/2026	de 2,80% à 5,49% a.a.+TLP-IPC	127.234
	15/02/2023	1,20% a.a + Dólar	223.470	15/02/2023	1,20% a.a.+Dólar	208.122
					de 1,70% a.a. à 2,30%a.a +UMBNDDES	
Total			2.630.752			1.831.865

(1) Os empréstimos e repasses possuem vencimentos contratuais que variam de transação para transação. Esta informação reflete a transação realizada que na data destas demonstrações financeiras possui o prazo mais longo.

15 Passivos contingentes e obrigações legais

a) Passivos contingentes e obrigações legais:

O Banco e suas controladas, no curso normal de suas atividades, é parte em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas demonstrações financeiras consolidadas são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

As provisões constituídas e respectivas movimentações no período estão demonstradas a seguir:

	Fiscais e		Cíveis	Prestação de		Total
	previdenciárias	Trabalhistas		Garantias		
Saldo inicial em 01/01/2021	6.001	4.842	987	11.865		23.695
(+) Complemento líquido de reversões	(738)	(699)	1.296	(3.645)		(3.786)
(+) Atualização	275	-	-	-		275
(-) Pagamentos	-	(1.965)	(116)	-		(2.081)
Saldo Final em 31/12/2021	5.538	2.178	2.167	8.220		18.103
Saldo inicial em 01/01/2020	15.046	5.033	2.416	7.677		30.172
(+) Complemento líquido de reversões	2.394	3.334	(596)	4.188		9.320
(+) Atualização	214	-	-	-		214
(-) Pagamentos	(11.653)	(3.525)	(833)	-		(16.011)
Saldo Final em 31/12/2020	6.001	4.842	987	11.865		23.695



(a) As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial.

As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável. Essas provisões encontram-se registradas na rubrica "Provisão para passivos contingentes" do grupo "Passivos contingentes e obrigações legais", e levam em conta as datas esperadas de pagamento.

Passivos contingentes de natureza fiscal e previdenciária, classificados como risco de perda possível:

O Banco e suas controladas possuem outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, no montante R\$ 1.514 (31/12/2020 R\$ 1.485).

(b) As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por terceiros que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica "Passivos contingentes e obrigações legais", e leva em conta as datas esperadas de pagamento.

As ações de natureza trabalhista para as quais foi constituída provisão são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário estas ações são avaliadas em seu conjunto, considerando histórico de pagamentos feitos pelo Banco e por suas controladas a esse título.

As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 1.349 (31/12/2020 R\$ 2.246) na data destas demonstrações financeiras.

(c) As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados e/ou indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica "Provisão para passivos contingentes" do grupo "Passivos contingentes e obrigações legais". Para determinar o montante adequado de provisão, a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações de mesma natureza consideradas significativas e histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável.

As contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 7.791 (31/12/2020 R\$ 1.578), representadas principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes.

(d) A provisão para garantias financeiras prestadas foi constituída com base na melhor estimativa no montante não recuperável da garantia, caso tal desembolso seja provável. As provisões constituídas eram: R\$ 7.976 (31/12/2020 R\$ 11.230) para fiança e R\$ 244 (31/12/2020 R\$ 635) para carta de crédito.

b) Garantias financeiras:

Os compromissos por avais e fianças prestados são compostos conforme abaixo, os quais são controlados em contas de compensação:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Crédito abertos para importação	68.640	80.284
Avais e fianças prestadas	3.008.570	2.358.017
Total	<u>3.077.210</u>	<u>2.438.301</u>

16 Outros passivos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Obrigações por cotas de fundos de investimentos	31.356	44.258
Despesas de pessoal e administrativa	36.202	21.152
Recursos em trânsito de terceiros	16.082	16.907
Dividendos e bonificações a pagar	13.609	13.599
Rendas Antecipadas a apropriar	6.000	5.376
Participação nos lucros e gratificações a pagar	5.941	4.320
Outros (*)	18.957	5.804
Total	<u>128.147</u>	<u>111.416</u>

(*) Composto basicamente por credores por liquidações pendentes.

17 Patrimônio líquido

a) Composição do capital social:

Descrição	31/12/2021			Saldo em R\$ mil
	Quantidade de ações			
	Total	Ordinárias	Preferenciais	
Saldo inicial em 01/01/2021	88.600.584	53.413.829	35.118.455	725.700
Aumento de capital	-	-	-	26.524 (a.1)
Saldo final em 31/12/2021	88.600.584	53.413.829	35.118.455	752.224

a.1) Aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 31/03/2021 e homologado pelo Banco Central do Brasil em 07/06/2021, mediante incorporação de reserva de lucros.

a.2) Programa de Recompra de Ações:

Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do art. 18, inciso IX, do Estatuto Social do Banco, em 13 de março de 2019, o Conselho de Administração aprovou o "Programa de Recompra" de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação, no valor total de até R\$ 2.800, sem redução de capital social.

Poderão ser adquiridas até (a) 330.000 ações ordinárias e (b) 100.000 ações preferenciais. O prazo para execução do programa é de até 18 meses contados da data da deliberação, podendo ser cancelado a qualquer instante pelo referido conselho. Em 2020 foram adquiridas no âmbito do referido programa, 24.600 ações ordinárias no montante de R\$ 196.

A quantidade de ações em tesouraria em 31/12/2021 é de 68.300 ações ordinárias registradas ao custo de aquisição no valor total de R\$ 473.

Em 31/12/2021, os custos mínimo, médio e máximo por ação em estoque para as ações ON eram de R\$ 5,80, R\$ 6,93 e R\$ 8,00, respectivamente.

O valor de mercado das ações, em 31/12/2021, eram de R\$ 7,30 por ação ON e R\$ 7,31 por ação PN.



b) Reservas de lucros:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Reserva estatutária - Para aumento de capital	557.555	540.677
Reserva estatutária - Especial para dividendos	142.934	138.111
Reserva legal	103.645	99.958
Reserva de lucros a realizar (*)	34.444	34.444
Total	<u>838.578</u>	<u>813.190</u>

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos da Legislação Societária, até o limite de 20% do capital social.

(*) A realização da reserva de lucros a realizar ocorre na medida em que as reservas de lucros nas controladas forem efetivamente realizadas ou distribuídas. No período, não foi realizada a parcela de reserva de lucros a realizar em conformidade com a Legislação Societária, tendo em vista que sua controlada BRI Participações Ltda. não distribuiu efetivamente parcela de seus lucros.

c) Lucros acumulados:

A legislação societária brasileira, determina que não reste saldo em conta de lucros acumulados devendo o Banco e suas controladas providenciarem para que haja a distribuição integral dos seus saldos, seja na forma de distribuição de dividendos ou constituição de reservas.

Considerando que aos ajustes feitos para a adoção dos padrões internacionais de relatório financeiro não será dada destinação, por não refletirem as normas contábeis societárias aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais, para fins societários, estão vinculadas às normas de contabilidade emitidas pelo Banco Central do Brasil (BRGAAP), a Administração optou por apresentar na conta "Lucros ou prejuízos acumulados" as diferenças decorrentes destes ajustes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 eram, respectivamente, R\$ 17.189 e R\$ 17.046.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio:

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo Estatuto Social no reembolso do capital e adicional de 6% de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos.

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados dividendos de no mínimo 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da lei societária.

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Os dividendos são calculados sobre o lucro líquido, conforme determinado nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BRGAAP).

A política de remuneração do capital adotada pelo Banco visa a distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

No exercício de 2021 foram aprovados R\$ 21.827 (2020 R\$ 20.589) a título de juros sobre capital próprio. Os valores aprovados foram calculados tomando por base os resultados apurados segundo as normas de



contabilidade societária aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BRGAAP).

Os juros sobre capital próprio alcançaram R\$ 21.827 no exercício (2020 R\$ 20.589), correspondendo ao valor bruto de R\$ 14,31 (2020 R\$ 5,03) e R\$ 599,77 (2020 R\$ 578,62) por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, respectivamente. Os juros sobre o capital próprio referente ao 1º semestre/2021 totalizaram R\$ 11.296 (1º semestre/2020 R\$ 9.761), correspondendo ao valor bruto de R\$ 14,31 por lote de mil ações ordinárias (1º semestre/2020 não houve pagamento para ações ordinárias) e R\$ 299,89 (2020 R\$ 277,95) por lote de mil ações preferenciais. Para o 2º semestre/2021 foi aprovado o valor de R\$ 10.531 (2º semestre/2020 R\$ 10.828) correspondendo ao valor bruto de R\$ 299,88 por lote de mil ações preferenciais (2º semestre/2020 R\$ 5,03 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 300,67 por lote de mil ações preferenciais).

A adoção do pagamento de juros sobre o capital próprio aumentou o resultado do Banco em R\$ 9.822 (2020 R\$ 9.265) face ao benefício fiscal obtido.

18 Margem financeira

	2021	2020
Receita de juros e similares		
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	434.049	306.290
Títulos para investimento	380.121	228.715
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	286.599	167.192
Rendas de repasses interfinanceiros	4.695	34.564
Total de receita de juros e similares	1.105.464	736.761
Despesa de juros e similares		
Títulos emitidos	(402.388)	(206.220)
Passivos com instituições financeiras	(239.185)	(111.165)
Empréstimos e repasses	(160.117)	(270.856)
Passivos com clientes	(181.459)	(55.407)
Outras	(14.082)	(499)
Total de despesa de juros e similares	(997.231)	(644.147)
Margem Financeira	108.233	92.614

19 Resultado líquido de serviços e comissões

	2021	2020
Receitas de serviços e comissões		
Corretagem de câmbio e valores mobiliários	43.325	17.903
Comissões sobre avais e fianças prestados	32.939	21.685
Administração de recursos de terceiros (*)	13.400	13.078
Consultoria em investimentos	5.955	5.304
Serviços de custódia	178	237
Outros serviços	832	1.570
Total de receitas de serviços e comissões	96.629	59.777
Despesas de serviços e comissões		
Comissões e intermediação	(3.473)	(2.800)
Taxas, emolumentos e corretagens	(2.533)	(1.360)
Despesas Sistema Financeiro - Cetip, Selic e tarifas bancárias	(2.237)	(1.845)
Consulta Serasa, Sisbacen e Agências de Informações	(295)	(248)
Despesas com créditos inadimplentes	(185)	(146)
Serviços de registro de contratos e garantias	(56)	(60)
Total de despesas de serviços e comissões	(8.779)	(6.459)
Resultado líquido de serviços e comissões	87.850	53.318

(*) As receitas de administração de recursos de terceiros estão relacionadas aos honorários auferidos pelo Banco em atividades fiduciárias, nas quais mantém ou investe ativos em favor de seus clientes.

20 Outras receitas

	2021	2020
Rendas de disponibilidade em moeda estrangeira	45.416	30.927
Reversão de provisões para riscos fiscais, trabalhistas, garantias prestadas e cíveis (i)	7.654	2.491
Lucro na alienação de títulos para investimento	7.263	33.312
Atualização de depósitos judiciais e tributos a compensar	2.160	1.874
Outras	6.684	6.030
Total	69.177	74.634

(i) Conforme nota explicativa nº 15.

21 Resultado com perdas esperadas de ativos financeiros

	2021	2020
Perdas esperadas de operações de crédito e adiantamento a clientes	(18.299)	(5.094)
Perdas esperadas de títulos para investimento	(901)	(1.927)
Subtotal	(19.200)	(7.021)
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	6.792	9.378
Total de resultado com perdas esperadas de ativos financeiros	(12.408)	2.357

22 Despesas de Pessoal

	2021	2020
Salários	(38.611)	(23.607)
Remuneração da diretoria e do conselho de administração	(22.756)	(20.558)
Encargos sociais e previdenciários	(26.057)	(19.230)
Participação nos lucros	(17.279)	(12.190)
Despesas de férias e 13º salário	(11.119)	(7.330)
Benefícios	(10.325)	(7.163)
Outras	(13.445)	(3.993)
Total	(139.592)	(94.071)

23 Gastos gerais administrativos

	2021	2020
Processamento de dados e informática	(14.056)	(18.954)
Despesas tributárias	(22.359)	(17.598)
Serviços de terceiros	(10.100)	(7.285)
Aluguéis, condomínio e manutenção de bens	(6.964)	(6.176)
Depreciação e amortização	(2.121)	(1.893)
Comunicações	(1.798)	(1.582)
Propaganda, publicidade, publicações e relações públicas	(2.226)	(1.547)
Transportes e viagens	(598)	(1.214)
Vigilância e segurança	(1.640)	(1.412)
Outras	(4.653)	(3.878)
Total	(66.515)	(61.539)

24 Outras despesas

	2021	2020
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e garantias prestadas (i)	(4.124)	(11.445)
Prejuízo na alienação de títulos para investimento	(121.732)	(5.970)
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito-FGC	(5.576)	(3.762)
Outras	(9.686)	(15.157)
Total	(141.118)	(36.334)

(i) Conforme nota explicativa nº 15.

25 Impostos sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Demonstração do cálculo dos encargos	2021	2020
Lucro antes da tributação, deduzido das participações no lucro	111.834	101.617
Despesa de I.R.P.J e C.S.LL, de acordo com a alíquota vigente (i)	(50.325)	(45.728)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Juros sobre o capital próprio	9.822	9.265
Ajuste ao valor justo de títulos e derivativos	(12.254)	(36)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.002	5.067
Provisão para perdas por ajuste ao valor de recuperação de ativos financeiros	(9.261)	346
Superveniência / Insuficiência de depreciação	5.617	1.616
Resultado com ativos tributários diferidos e obrigações diferidas	11.534	(4.462)
Creditos baixados/recuperados de prejuízo	2.688	1.461
Outras adições e exclusões	3.227	5.809
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(37.950)	(26.662)

(i) Conforme nota explicativa nº 3"K".

b) Ativos tributários diferidos

	Movimentação			
	31/12/2020	Constituição	Realização	31/12/2021
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	10.535	3.046	(4.048)	9.533
Provisão para perdas por ajuste ao valor de recuperação de ativos financeiros	11.421	42.939	(33.678)	20.682
Ajuste ao vlr de mercado de títulos e derivativos	7.999	109.908	(80.888)	37.019
Prejuízo Fiscal	29.059	644	(9.029)	20.674
Superveniência / Insuficiência de Depreciação	8.012	79	(5.696)	2.395
Outros ativos tributários diferidos (i)	19.369	19.889	(15.555)	23.703
TOTAL - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	86.395	176.505	(148.894)	114.006
Obrigações fiscais diferidas	(10.980)	(71.257)	67.619	(14.618)
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS LÍQUIDOS DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS	75.415			99.388

(i) Composto, basicamente, por provisões com participação nos lucros, créditos transferidos para prejuízo, despesas administrativas e pessoal.

Os registros contábeis desses créditos tributários estão fundamentados na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e suportados por estudos técnicos e projeções de resultado.

Estima-se que a realização desses créditos tributários e da contribuição social a compensar ocorrerá na sua totalidade nas seguintes proporções:

Realização dos Créditos Tributários	Realização					
	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	Acima de 5 anos
	43%	30%	15%	6%	5%	1%

26 Notas à demonstração do fluxo de caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de "caixa e equivalentes de caixa" é representado por disponibilidades e ativos financeiros de alta liquidez, com prazos contratuais inferiores a três meses, que possuem um risco insignificante de mudanças em seu valor justo, e tem como finalidade o gerenciamento dos compromissos de curto prazo do Banco e suas controladas.

	31/12/2021	31/12/2020
No início dos exercícios	2.193.278	1.172.178
Caixa e disponibilidade em bancos	6.580	5.861
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	2.186.698	1.166.317
No final dos exercícios	9.809.357	2.193.278
Caixa e disponibilidade em bancos	71.345	6.580
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	9.738.012	2.186.698
Variação em caixa e equivalentes de caixa	7.616.079	1.021.100

(*) Referem-se a aplicações em operações compromissadas e depósitos interfinanceiros cujo vencimento na data da aplicação é igual ou inferior a 90 dias, classificadas como "operações de crédito e adiantamento a instituições financeiras".

27 Gerenciamento de riscos financeiros

O gerenciamento de riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para o Conglomerado. O gerenciamento e monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades do Conglomerado são realizados por área independente através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e do acompanhamento constante das posições assumidas através de técnicas específicas, consoante às diretrizes estabelecidas pela Administração.

O gerenciamento dos riscos de liquidez e mercado no Conglomerado Financeiro Alfa é realizado de forma consolidada para todas as empresas integrantes do Conglomerado. Isto decorre do fato de que o caixa das entidades integrantes do Conglomerado é gerenciado de forma unificada. As entidades legais que integram o Conglomerado Financeiro Alfa estão listadas na nota explicativa nº 1.

Esta nota explicativa, no que diz respeito aos riscos de mercado e liquidez, demonstra os dados em formato gerencial, tal como analisados pela Administração do Conglomerado, e por este motivo estes dados refletem o consolidado operacional das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa.

a) Risco de crédito

Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes, dentre outras, mas principalmente, das seguintes situações:

- (a) Da inadimplência dos tomadores de crédito (pessoas físicas, empresas, instituições financeiras) na liquidação dos compromissos assumidos sob posições de empréstimos, ativos financeiros e/ou seus respectivos instrumentos derivativos.
- (b) Da possibilidade de desembolsos financeiros para honrar avais, fianças, compromissos de crédito, coobrigações ou operações de natureza semelhante.

(c) De possíveis renegociações, em termos mais desfavoráveis, das condições pactuadas na operação original.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito do Conglomerado Financeiro Alfa deve permitir a identificação, mensuração e controle dos riscos associados às operações de crédito, bem como a aplicação de mitigadores a estes riscos. Ressalta-se que este objetivo se estende a todas as empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de crédito encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

i) Exposição máxima ao risco de crédito:

	31/12/2021	31/12/2020
Exposição ao risco de crédito (*)		
Saldos de "disponibilidades em bancos"	71.346	6.580
Instrumentos financeiros derivativos	81.019	11.382
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	9.838.866	7.431.089
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	6.307.738	3.608.621
Títulos para investimento	7.560.645	5.168.600
Subtotal	23.859.614	16.226.272
Avais e fianças prestados	3.008.570	2.358.017
Total de exposição ao risco de crédito	26.868.184	18.584.289

(*) Refere-se ao Banco e suas controladas.

ii) Descrição das garantias:

Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de crédito são submetidos à criteriosa avaliação de crédito preliminar à contratação e desembolso e ao longo do prazo das operações. As análises de crédito se baseiam no entendimento das características operacionais dos clientes, sua capacidade de endividamento, considerando fluxo de caixa, histórico de pagamentos, reputação creditícia e consideram, subsidiariamente, as garantias que podem suportar estas operações. Os contratos celebrados preveem as garantias consideradas necessárias e autorizam chamadas para reforço de garantias sempre que a situação creditícia das contrapartes apresente deterioração que justifique tal procedimento, o que é acompanhado sistematicamente pelo Departamento de Crédito.

As operações de crédito e adiantamentos a clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 9, estão representados principalmente por operações de:

- Capital de giro, garantidas por recebíveis, notas promissórias, avais e fianças prestadas pelos seus proprietários e ocasionalmente por garantias reais;
- Repasses de recursos do BNDES/FINAME, suportados por garantias reais;
- Adiantamentos de contrato de câmbio, garantidos por notas promissórias, avais e fianças prestadas, e pelos recebíveis gerados por ocasião das exportações;
- Vendor, que são garantidas por recebíveis gerados pelo tomador final dos recursos e possuem garantia de aval ou fiança da empresa contratante;
- Arrendamento mercantil financeiro realizadas pela subsidiária, Alfa Arrendamento Mercantil S.A., as quais têm como objeto os próprios bens arrendados, os quais pertencem à empresa arrendadora, para os quais é política do Conglomerado Financeiro Alfa exigir uma participação inicial mínima do cliente com recursos próprios de, no mínimo, 20%, o que faz assegurar a suficiência das garantias ao longo do prazo das operações.

Os títulos de investimento são representados em sua grande maioria por títulos do governo federal, entendidos como de risco mínimo, quotas de fundos de investimento e debêntures, em geral garantidas por notas promissórias e avais.

Bens recebidos em garantia de operações de crédito, quando retomados, são vendidos através de leilões públicos, livres de quaisquer débitos ou bloqueios, com divulgação em jornais de grande circulação, atraindo assim o maior número de interessados para compra, com o objetivo de atingir o maior valor possível de venda, considerando o estado de conservação do bem, condições de mercado, e o bem ser vendido sem garantia mecânica ou de funcionamento.

iii) Concentração por segmento

	Disponibilidade em Bancos	Instrumentos financeiros derivativos	Operações de créditos e adiantamentos a instituições	Operações de créditos e adiantamentos a clientes	Títulos para investimento	Avais e fianças prestadas	TOTAL
Em 31/12/2021							
Atacado	71.346	81.018	9.838.866	6.307.738	7.555.267	3.008.570	26.862.805
Em 31/12/2020							
Atacado	6.580	11.382	7.431.089	3.608.621	5.168.600	2.358.017	18.584.289

iv) Análise da composição do saldo de operações de crédito e adiantamentos a clientes por setor de atividade:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Saldo	%	Saldo	%
Setor privado				
- rural	52.536	0,8	31.647	0,9
- indústria	2.550.602	40,4	1.540.641	42,7
- comércio	1.959.299	31,1	968.695	26,8
- instituições financeiras	274.557	4,4	172.771	4,8
- outros serviços	1.365.214	21,6	868.696	24,1
- pessoas físicas	105.530	1,7	26.171	0,7
Total da Carteira	6.307.738	100,0	3.608.621	100,0

(*) Refere-se ao Banco e suas controladas.

v) Composição das operações de crédito e adiantamentos a clientes por faixa de vencimento:

	31/12/2021				31/12/2020			
	A vencer	Vencidos	Total	%	A vencer	Vencidos	Total	%
Parcelas vincendas								
- a vencer até 180 dias	3.469.979	4.467	3.474.446	55,1	1.477.632	-	1.477.632	40,9
- a vencer entre 181 e 360 dias	982.301	5.699	988.000	15,7	691.824	-	691.824	19,2
- a vencer acima de 360 dias	1.827.017	16.008	1.843.025	29,2	1.439.165	-	1.439.165	39,9
Total vincendas	6.279.297	26.174	6.305.471	100,0	3.608.621	-	3.608.621	100,0
Parcelas vencidas								
- vencidos até 60 dias	-	884	884	-	-	-	-	-
- vencidos de 61 a 180 dias	-	1.383	1.383	-	-	-	-	-
Total vencidas	-	2.267	2.267	-	-	-	-	-
Total da Carteira	6.279.297	28.441	6.307.738	100,0	3.608.621	-	3.608.621	100,0

(*) Refere-se ao Banco e suas controladas.



b) Risco de liquidez

O controle e estratégia de liquidez são decididos pelo comitê de caixa que se reúne diariamente antes do início das operações, com o objetivo de avaliar o comportamento dos diversos mercados de juros, dólar e bolsas, domésticos e internacionais, bem como definir as estratégias do dia e avaliar o fluxo de caixa das empresas financeiras. O comitê de caixa gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e de grande liquidez, cujas posições são monitoradas on-line e casadas cuidadosamente quanto a moedas e prazos. Adicionalmente, a gestão do risco de liquidez utiliza-se de fluxo de caixa projetado para atendimento às regulamentações vigentes do Banco Central do Brasil adotando-se as premissas de fluxo de vencimento das operações financeiras, fluxo de caixa de despesas, o nível de atraso nas carteiras e antecipação de passivos. O Conglomerado Financeiro Alfa possui um plano de contingência para riscos de liquidez pautado pela prudência, estruturado para cenários de adversidade e em constante evolução. Este plano considera um caixa mínimo necessário, a liquidez dos ativos e linhas de crédito disponíveis em cenário de adversidade. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de liquidez encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

i) Gerenciamento do risco de liquidez

A abordagem do Banco e suas controladas com relação ao gerenciamento de liquidez é assegurar, o máximo possível, que o Grupo terá sempre a liquidez necessária para cumprir com suas obrigações nos devidos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar em risco a reputação do Banco e suas controladas.

ii) Plano de contingência

O Banco e suas controladas possuem um plano de contingência para riscos de liquidez, estruturado para vários cenários e em constante evolução. Este plano contempla, dentre outras medidas, monitoramento e avaliação contínua dos fluxos de caixa e liquidez dos ativos e análises de cenários de estresse e definição de níveis mínimos de liquidez para fazer frente a estes cenários.

iii) Análise dos instrumentos financeiros por prazo contratual remanescente

A tabela abaixo demonstra em formato gerencial e consolidado os dados financeiros de todas as entidades legais integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa a valor futuro projetado de realização referentes aos ativos e passivos financeiros, tais como utilizados pela Administração. Os valores apresentados na tabela abaixo referem-se ao valor futuro projetado de realização contratual relacionado aos ativos e passivos financeiros.

	31/12/2021				Total
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.800 dias	Acima de 1.800	
Ativos Financeiros					
Títulos para Investimentos	243.309	2.175.123	5.324.423	152.032	7.894.887
Operações de Crédito e Adiantamento a Clientes	1.218.447	6.132.763	6.579.143	1.153.164	15.083.517
Outros Ativos	77.162	450.633	-	-	527.795
Total de Ativos Financeiros	1.538.918	8.758.519	11.903.566	1.305.196	23.506.199
Passivos Financeiros					
Passivos com Instituições Financeiras	2.136.531	-	-	-	2.136.531
Títulos Emitidos	631.275	7.376.401	9.296.501	69.490	17.373.667
Outros Passivos	46.362	626.607	532.650	28.447	1.234.066
Total de Passivos Financeiros	2.814.168	8.003.008	9.829.151	97.937	20.744.264

	31/12/2020				Total
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.800 dias	Acima de 1.800	
Ativos Financeiros					
Caixa e Disponibilidades em Bancos	-	5.479	-	-	5.479
Aplicação em Depósitos Interfinanceiros	7.767	-	-	-	7.767
Títulos para Investimentos	339.651	2.566.393	2.627.510	247.254	5.780.808
Operações de Crédito e Adiantamento a Clientes	656.025	5.309.440	5.976.367	904.785	12.846.617
Outros Ativos	2.379	146.750	-	-	149.129
Total de Ativos Financeiros	1.005.822	8.028.062	8.603.877	1.152.039	18.789.800
Passivos Financeiros					
Passivos com Instituições Financeiras	542.230	-	-	-	542.230
Passivos com Clientes	-	71.472	-	-	71.472
Títulos Emitidos	196.267	4.803.789	7.959.555	163.344	13.122.955
Outros Passivos	59.225	368.337	627.947	2.328	1.057.837
Total de Passivos Financeiros	797.722	5.243.598	8.587.502	165.672	14.794.494

c) Risco de mercado

O risco de mercado está relacionado à probabilidade de perda decorrente dos impactos de flutuações dos preços e taxas de mercado sobre as posições ativas e passivas da carteira própria do Conglomerado. A política global em termos de exposição a riscos de mercado é conservadora, sendo a estratégia e os limites de VaR-*Value at Risk* definidos pelo Comitê de Gestão de Risco de Mercado e seu cumprimento acompanhado diariamente por área independente à gestão das carteiras, através de métodos e modelos estatísticos e financeiros desenvolvidos de forma consistente com a realidade de mercado. A metodologia para apuração do VaR-*Value at Risk* é baseada no modelo paramétrico, com intervalo de confiança de 99% para o horizonte de tempo de um dia e as volatilidades são calculadas pela metodologia EWMA com a utilização de λ de 0,94. Além do VaR, são adotados os parâmetros de risco acumulado mensal e cenários de estresse em que são elaborados cenários históricos e hipotéticos para as taxas de mercado e verificados os possíveis impactos nas posições. Complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de riscos de mercado, são calculados diariamente os valores exigidos de capital para cobertura das exposições ao risco de mercado, em conformidade com as regulamentações vigentes do Banco Central do Brasil.

Como resultado das análises, a Administração, dentre outras medidas de gestão que visem mitigar os riscos de mercado, pode se utilizar de instrumentos financeiros derivativos em estratégias de *hedge*. As quais, quando satisfeitos os requisitos do IAS 39 para o *hedge* contábil, podem ser classificadas contabilmente como *hedge* de fluxo de caixa ou *hedge* de valor justo. Durante os períodos objeto destas demonstrações financeiras consolidadas, o Banco e suas controladas realizaram operações de *hedge* de valor justo, cujas principais características estão descritas na nota explicativa nº 7. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

i) Resumo da posição de VaR das carteiras do Conglomerado Financeiro Alfa:

O quadro abaixo apresenta o VaR-*Value at Risk* calculado segundo o modelo paramétrico, com intervalo de confiança de 99% para o horizonte de tempo de um dia, considerando, tais como utilizados pela Administração do Conglomerado, os dados consolidados de todas as empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa.

	31/12/2021	31/12/2020
Risco de variação cambial	174	768
Risco de taxas de juros	15.326	10.931
Outros riscos de preços	891	1.002
Covariância	(2.070)	(1.914)
Total Geral	14.321	10.787

ii) Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

O gerenciamento do risco da taxa de juros em relação aos limites da diferença da taxa de juros é complementado pelo monitoramento da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Conglomerado Financeiro Alfa a vários cenários padrões e não padrões de taxas de juros. Uma análise da sensibilidade do Conglomerado Financeiro Alfa, que inclui, além do Banco Alfa de Investimento S.A. e suas controladas, a Financeira Alfa S.A. – C.F.I. e o Banco Alfa S.A., que integram, no conjunto, o consolidado operacional, conforme descrito na nota explicativa nº 1, com relação a um aumento ou diminuição nas taxas de juros do mercado é apresentado abaixo:

	MTM Exposição	Estresse - Alfa Cenário A	Deterioração de 25% Cenário B	Deterioração de 50% Cenário C
31/12/2021				
Pré-fixado	4.797.015	(126.006)	(274.676)	(493.788)
Cupom de inflação	32.235	(2.385)	(7.755)	(7.142)
Bolsa	12.964	(2.435)	(2.337)	(4.674)
Câmbio	(228.158)	17	(276)	(314)
Total	4.614.056	(130.809)	(285.044)	(505.918)
31/12/2020				
Pré-fixado	2.741.084	(113.560)	(68.754)	(132.063)
Cupom de inflação	219.222	(6.542)	(34.497)	(43.883)
Bolsa	7.371	(1.336)	(1.627)	(3.254)
Câmbio	69.614	(1.894)	(21.558)	(42.266)
Total	3.037.291	(123.332)	(126.436)	(221.466)

O quadro acima apresenta o valor das exposições em análise considerando o Conglomerado Financeiro Alfa, descrito na nota explicativa nº 1, e os testes de sensibilidade para três cenários de estresse possíveis: **a)** situação de estresse determinada pela Administração do Conglomerado e aprovado em seu Comitê de Gestão de Riscos de Mercado (CGRM); **b)** situação de estresse com deterioração de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada; e **c)** situação de estresse com deterioração de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) na variável de risco considerada. É importante salientar que os cenários "b" e "c" referem-se a cenários que a Administração do Conglomerado não acredita que possam ocorrer. Quanto ao cenário "a", a Administração entende que se trata de uma situação possível de ocorrer.

d) Risco operacional

A gestão de risco operacional tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos operacionais aos quais o Conglomerado Financeiro Alfa está sujeito e a consequente adoção de medidas preventivas, em conformidade com as regulamentações vigentes do Banco Central do Brasil. Tais ações visam resguardar nossa imagem de integridade e correção perante a comunidade, acionistas, colaboradores e autoridades reguladoras, gerando benefícios resultantes da boa gestão destes riscos. Em conformidade com a política institucional, o gerenciamento do risco operacional é de responsabilidade do departamento de Gestão de Riscos. Este departamento reporta-se diretamente à Diretoria de Crédito que, além de coordenar as atividades inerentes ao processo, desempenha também o papel de disseminador da cultura de prevenção ao risco operacional pelo Conglomerado. É sua responsabilidade reportar ao Comitê de Controles de Risco Operacional a identificação e ações para correção de eventuais deficiências de controle e gerenciamento de riscos operacionais. Cabe ressaltar que as medidas tomadas e registradas em atas neste Comitê são acompanhadas diretamente pela Presidência e Conselho de Administração do Conglomerado. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.



28 Gerenciamento de capital e índices de solvência

O gerenciamento de capital é realizado de forma centralizada para todo o Conglomerado Financeiro Alfa e está sob a responsabilidade do Diretor de Gerenciamento de Capital, com o suporte de uma unidade composta pelas gerências gerais de Gestão de Riscos e de Contabilidade.

Esta unidade é responsável pela avaliação e acompanhamento contínuo das necessidades de capital da instituição vis-à-vis seus objetivos estratégicos.

Para o gerenciamento de capital, são empregadas políticas e estratégias de forma a compatibilizar o nível de capital com os riscos incorridos, antecipando-se às necessidades decorrentes de possíveis mudanças de mercado, e buscando manter o Patrimônio de Referência Exigido (PRE) do Conglomerado compatível com o Patrimônio de Referência (PR), conforme as diretrizes da Resolução nº 4.193, de 01/03/2013.

O Conglomerado Financeiro Alfa opera atualmente com um baixo nível de alavancagem e mantém uma base sólida de capital que transmite segurança e credibilidade aos acionistas, credores, clientes e ao mercado em geral. Sua política de distribuição de lucros visa à manutenção dos níveis de capitalização, com o pagamento de dividendos pelo mínimo exigido pela legislação societária que é de 25% do lucro líquido do exercício.

A Administração entende que esta condição permitirá o crescimento sustentável da instituição por um longo período de tempo.

A descrição da estrutura de gerenciamento de capital encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

Índice de capital: O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.192/13 e 4.278/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência considerando as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial para cálculo do Índice de Capital. Adicionalmente através da Resolução nº 4.193/13, instituiu apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013.

O índice de Capital para 31 de dezembro de 2021 apurado nos termos das referidas Resoluções é de 14,53% (31/12/2020 15,44%), demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Prudencial, quando comparados aos requisitos mínimos do Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal de 10%. O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido, Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Capital do Conglomerado Prudencial Alfa.



	Prudencial	
	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência - Nível I	2.647.229	2.550.290
Capital Principal	2.647.229	2.550.290
Patrimônio Líquido	2.673.268	2.590.683
(-) Ajustes Prudenciais	(26.039)	(40.393)
Patrimônio de Referência (PR)	2.647.229	2.550.290
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	18.215.203	16.520.559
Parcela relativa ao:		
Risco de Crédito	16.133.729	13.799.737
Risco de Mercado	744.691	1.512.727
Risco Operacional	1.336.783	1.208.095
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	1.457.216	1.321.645
Valor Requerido de Adicional de Capital Principal	364.304	206.507
Índice de Basileia	14,53%	15,44%
Capital de Nível I	14,53%	15,44%
Capital Principal	14,53%	15,44%

O Banco Central do Brasil, através da Circular nº 3.748/2015 instituiu o Índice Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. O RA é definido como a razão entre Capital Nível I e Exposição Total.

Em 31 de dezembro de 2021, o Índice de Razão de Alavancagem do Conglomerado Prudencial Alfa é de 10,36% (31/12/2020 11,72%).

29 Administração de recursos de terceiros

O Banco é responsável pela administração de recursos de terceiros.

O patrimônio líquido dos Fundos de Investimentos e das Carteiras de Particulares administrados pelo Banco totalizavam R\$ 5.365.234 (31/12/2020 R\$ 5.429.982) na data do balanço.

30 Transações com partes relacionadas

a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com a IAS 24, são efetuadas operações com empresas controladas e ligadas, conforme demonstramos a seguir:

Descrição:	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Caixa e disponibilidades em bancos	7.631	5.526	-	-
- Outras partes relacionadas (1)	7.631	5.526	-	-
Banco Alfa S.A.	7.631	5.526	-	-
Operações de crédito e adiantamento a instituições financeiras / (Passivos com instituições financeiras)	5.607.665	4.055.781	212.782	134.915
- Outras partes relacionadas (1)	5.607.665	4.055.781	212.782	134.915
Banco Alfa S.A.	962.171	1.209.109	50.865	25.691
Financeira Alfa S.A.	4.645.494	2.846.672	161.917	109.224
Operações de crédito e adiantamento a clientes	87.662	36.898	5.215	20.332
- Outras partes relacionadas (1)	87.662	36.898	5.215	20.332
Agropalma S.A.	1.445	-	18	-
Industria Xhara	1.068	-	30	-
C&C Casa e Construção Ltda.	84.697	36.864	5.134	18.685
Companhia Transamérica de Hotéis	452	34	33	1.647
Depósitos de Clientes	(367.911)	(252.176)	(11.940)	(4.755)
- Outras partes relacionadas (1)	(346.741)	(227.409)	(11.940)	(4.755)
Alfa Holdings S.A.	(40.648)	(20.673)	(958)	(210)
Consortio Alfa de Administração S.A.	(62.287)	(48.277)	(2.105)	(910)
Corumbal Participações e Administração	(46.683)	(43.799)	(1.835)	(903)
Corumbal Corretora de Seguros Ltda.	(21.846)	(422)	(604)	(94)
Fundação Clemente de Faria	(37.561)	(36.960)	(1.726)	(696)
Metro Sistemas e Informática Ltda.	-	(2.827)	(120)	(89)
Metro Tecnologia e Serviços Ltda.	(18.345)	(53.327)	(2.050)	(1.468)
Pessoa Física	(119.371)	(21.124)	(2.542)	(385)
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora	(21.170)	(24.767)	-	-
Títulos Emitidos	(299.965)	(241.658)	(21.063)	(8.054)
- Outras partes relacionadas (1)	(290.778)	(230.453)	(20.155)	(7.172)
Alfa Holdings S.A.	(28.280)	-	(958)	-
Consortio Alfa de Administração S.A.	(60.840)	(20.459)	(2.105)	(257)
Metro Tecnologia e Informática Ltda.	-	(43.383)	(7.672)	(1.075)
Fundação Clemente de Faria	(30.300)	(28.910)	(1.390)	(1.247)
Corumbal Participações e Administração	(105.479)	(99.930)	(5.549)	(2.905)
Corumbal Corretora de Seguros Ltda.	-	-	-	(1)
Pessoa Física	(65.879)	(37.771)	(2.481)	(1.687)
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora	(9.187)	(11.205)	(908)	(882)
Outros Ativos / Passivos	(5.040)	(5.228)	36.162	1.126
- Outras partes relacionadas (1)	(2.687)	(2.861)	36.162	1.126
Alfa Holdings S.A.	-	(67)	-	-
Consortio Alfa de Administração S.A.	-	(67)	-	-
Corumbal Participações e Administrações	(3.346)	(3.409)	-	-
Banco Alfa S.A.	51	1.333	36.162	9.723
Financeira Alfa S.A.	357	389	-	2
Alfa Seguradora S.A.	204	211	-	-
Instituto Alfa de Cultura	-	-	-	(232)
Metro Tecnologia e Informática Ltda.	1	(995)	-	(6.452)
Metro Sistemas e Informática Ltda.	-	(322)	-	(1.558)
Metro Táxi Aéreo Ltda.	-	(3)	-	(357)
Pessoa Física	(5)	(5)	-	-
Outras	51	74	-	-
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora	(2.353)	(2.367)	-	-



Todas as transações entre o Banco e partes relacionadas são efetuadas a preços e/ou taxas compatíveis com as praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações.

(1) Realizadas com pessoas físicas e/ou jurídicas, não se tratando de controladoras, controladas ou coligadas.

(2) Referem-se, basicamente, à sublocação de imóvel com empresas do Conglomerado Financeiro Alfa de acordo com contrato mantido entre as partes e serviços contratados junto a entidades do Conglomerado Financeiro Alfa.

b) Remuneração dos Administradores:

Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas é fixada a verba máxima para remuneração global dos membros da Diretoria e do Conselho da Administração. No exercício de 2021, foi pago a título de remuneração da administração o valor total de R\$ 21.641 (2020 R\$ 20.301).

O Banco e suas controladas não possuem para o pessoal-chave da Administração, benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho.

b.1) Conforme legislação em vigor, o Banco e suas controladas não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau;

- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;

- Pessoas jurídicas que participem com mais de 10%, da própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pela instituição empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

c) Participação acionária:

Os membros do Conselho de Administração possuem, em conjunto, a seguinte participação acionária, em 31 de dezembro de 2021: Ordinárias 3,703%, Preferenciais 26,280% e do total de ações de 12,652%.

31 Ajustes para os padrões internacionais de relatório financeiro - IFRS

Essas demonstrações financeiras foram preparadas em atendimento ao Comunicado 14.259/06, Resolução 3.786/09 e Circulares 3.472/09 e 3.516/10 do Banco Central do Brasil e seguem as Normas e Interpretações adotadas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), traduzidas para a língua portuguesa pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), entidade brasileira credenciada pela Fundação Comitê de Normas Internacionais (Fundação IASC).

Apresentamos a seguir a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido entre as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil e o IFRS:

a) Reconciliação do Patrimônio Líquido apurado segundo as normas de contabilidade societária aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil com o patrimônio líquido dos acionistas controladores apurado segundo IFRS:

	Ref.	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio líquido cfe. normas de contabilidade societária aplicável às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil		1.580.926	1.542.730
Participações de acionistas não controladores		55	54
Total do Patrimônio líquido		1.580.981	1.542.784
Ajustes de conversão para IFRS referente período anterior		17.045	15.775
Ajuste taxa efetiva de juros	(a)	848	(1.340)
Classificação de ativos financeiros entre as categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e custo amortizado	(b)	(1.962)	108
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(c)	1.245	5.638
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes IFRS	(d)	13	(3.136)
Patrimônio líquido conforme IFRS		1.598.170	1.559.829

b) Reconciliação do resultado apurado segundo normas de contabilidade societária aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil com o resultado apurado segundo IFRS:

	Ref.	2021	2020
Resultado cfe. normas de contabilidade societária aplicável às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil		73.739	73.684
Atribuível a acionistas não controladores		1	1
Resultado líquido		73.740	73.685
Ajuste taxa efetiva de juros	(a)	848	(1.340)
Classificação de ativos financeiros entre as categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e custo amortizado	(b)	(1.962)	108
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(c)	1.245	5.638
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes IFRS	(d)	13	(3.136)
Resultado líquido conforme IFRS		73.884	74.955

(a) Taxa efetiva de juros

Diferimento de encargos financeiros

As normas de contabilidade societária aplicadas às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil preveem que certos encargos relacionados a determinados ativos financeiros sejam reconhecidos no resultado no momento da originação da operação. Outros encargos, tais como comissões pagas a lojistas e revendedores, são registrados em rubrica de "Outros ativos – despesas antecipadas" e reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo das respectivas operações.

As normas internacionais de relatório financeiro IFRS 9 determinam que os encargos incrementais diretamente atribuíveis às operações de crédito componham a taxa efetiva de juros da operação e sejam

alocados ao resultado ao longo do prazo da operação, de forma exponencial, tomando por base esta taxa efetiva de juros. Desta forma, os encargos relacionados a comissões pagas aos lojistas e revendedores, bem como tarifas de serviços cobradas junto aos clientes, que possam ser diretamente atribuíveis às operações, em IFRS, fazem parte da taxa efetiva de juros e serão registradas nas contas de empréstimos, financiamentos e adiantamentos de clientes e serão reconhecidos nos resultados dos períodos, na rubrica "Receitas de juros" pelo prazo das respectivas operações.

(b) Classificação de ativos financeiros entre as categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e custo amortizado

As normas de contabilidade societária aplicadas às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil preveem que as instituições financeiras devem classificar os instrumentos financeiros componentes de suas carteiras de Títulos e Valores Mobiliários nas seguintes categorias: para negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. Essa classificação deve observar alguns critérios exigidos pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil.

A norma internacional de relatório financeiro IFRS 9 determina que os ativos financeiros sejam classificados em consonância à estratégia da Administração, devidamente formalizado no Modelo de Negócios, conforme descrito e detalhado na nota explicativa nº 3 "b".

Durante o exercício de 2021 e 2020, o objetivo formalizado no modelo de negócios é de receber os fluxos de caixas contratuais e realizar ganhos através da venda desses ativos.

Em decorrência destas diferenças de critérios, a Administração do Banco e suas controladas realizou ajustes nos livros contábeis segundo as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS para refletir as definições do IFRS 9.

(c) Provisão para devedores duvidosos / Ajuste a valor de recuperação de ativos financeiros

A provisão para devedores duvidosos, segundo as normas de contabilidade societária aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, é constituída com base nos requerimentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 que abrangem análise da carteira quanto aos riscos de perda, estratificação por faixas de vencimento e consideração a determinados parâmetros regulamentares.

A provisão para ajuste de valor de recuperação de ativos financeiro, segundo o IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, seguindo a critério de perda esperada. Essas perdas são mensuradas nas seguintes bases:

- a) Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e
- b) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

O Banco e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data de apresentação; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.



Em decorrência destas diferenças de critérios, a Administração do Banco e suas controladas realizou ajustes nos livros contábeis segundo as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS para refletir as definições do IFRS 9.

(d) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes de IFRS

As diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas quando da aplicação das normas internacionais de relatório financeiro - IFRS geram ativos e passivos diferidos de imposto de renda e contribuição social, os quais foram reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco e suas controladas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Christophe Yvan François Cadier

Conselheiros

Adilson Herrero

Antonio César Santos Costa

Luiz Alves Paes de Barros

DIRETORIA

Diretor Presidente

Fabio Alberto Amorosino

Diretores

Adilson Augusto Martins Júnior

Antonio José Ambrozano Neto

Camila da Silva Zago

Fabiano Siqueira de Oliveira

Fabio de Sarandy Raposo

Ricardo Mostaert Colin

CONTADORA

Eliane Carolina Quaglio Arjonas

CRC 1SP 232846/O-2



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Ao
Conselho de Administração e Acionistas do
Banco Alfa de Investimento S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Alfa de Investimento S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Alfa de Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Perdas esperadas de operações de crédito e adiantamentos

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3(f) e nº 7, o Banco e sua controlada revisam de maneira contínua sua carteira de operações de crédito e adiantamentos, avaliando a estimativa de perda esperadas de suas operações de crédito e adiantamentos. O Banco e sua controlada possuem políticas internas e modelos de apuração de perdas esperadas de operações sujeitas ao risco de crédito que exigem, por sua natureza, a utilização de julgamentos e premissas por parte do Banco e da sua controlada, que incluem análise de fatores macroeconômicos, além de informações sobre o cliente, produto, garantias prestadas, histórico financeiro entre outros.

Devido à relevância das operações de crédito e adiantamentos aos julgamentos relacionados à determinação da estimativa das perdas esperadas das operações de crédito e adiantamentos, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação das operações de crédito e adiantamentos, formalização das análises e revisões de riscos de crédito, a sua inclusão no sistema e, com o auxílio de nossos especialistas na área de tecnologia, a interface entre o referido sistema e a contabilidade. Adicionalmente, avaliamos os modelos, premissas e dados utilizados pelo Banco e sua controlada para mensurar as perdas esperadas das operações sujeitas ao risco de crédito, incluindo as premissas e dados utilizados para determinação das perdas esperadas por meio da aplicação de cálculos estatísticos para avaliação da performance e estabilidade desses modelos desenvolvidos pelo Banco e por sua controlada. Com base em amostragens, analisamos documentos suporte preparados pelo Banco e por sua controlada para fundamentar o cálculo, a contabilização e divulgação das perdas esperadas de operações de créditos e adiantamentos analisados de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis mensuração das perdas esperadas das operações de crédito e adiantamentos e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 tomadas em conjunto.

Passivos contingentes e obrigações legais

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 03(l) e nº 15 o Banco e suas controladas constituem, considerando a avaliação de assessores legais, provisão para demandas judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas, decorrentes do curso de suas operações. Para determinação da provisão para demandas judiciais cíveis e trabalhistas é considerada a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento de tribunais, o histórico de perdas e outros critérios adotados pelo Banco e por suas controladas. Para determinação da provisão para demandas judiciais fiscais, as estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas considerando a natureza das ações e com base no julgamento do Banco e das controladas, por meio da opinião dos assessores jurídicos. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil têm grau de complexidade elevado, portanto a mensuração e/ou divulgação das provisões e passivos contingentes relativos a processos, e aderência à leis e regulamentos requer julgamento significativo do Banco e das suas controladas.

As premissas utilizadas são formalizadas em políticas internas e visam suportar o cálculo da provisão para eventuais perdas. Devido ao grau de julgamento utilizado para a estimativa dos valores envolvidos e à especificidade na classificação do risco de uma demanda judicial, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento do desenho dos controles internos relativos ao registro das contingências, determinação do risco, cálculo dos valores envolvidos, acompanhamento e encerramento dos processos judiciais.

Por amostragem, avaliamos a adequação dos dados, informações históricas, as premissas utilizadas na mensuração da provisão e das mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores e comparamos os últimos valores constantes da provisão com os valores definitivos dos processos encerrados no período corrente. Adicionalmente, avaliamos o cálculo e a suficiência da provisão registrada pela Administração e solicitamos aos assessores jurídicos internos e externos informações relativas aos processos administrativos, tributários, cíveis e trabalhistas, por meio de cartas de confirmação e comparamos as informações recebidas com a posição analítica de contingências do Banco e de suas controladas em relação aos valores envolvidos, natureza da causa, andamento do processo e probabilidade de êxito das ações. Avaliamos a probabilidade de perda atribuída às contingências relevantes, bem como os respectivos valores envolvidos, com base nas avaliações dos advogados externos, e a documentação suporte para o racional considerado pelo Banco e suas controladas na mensuração da provisão para contingências relevantes.



Avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos assuntos tributários, cíveis e trabalhistas em que o Banco e suas controladas estão envolvidos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e das controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e das suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal analisaram e aprovaram, por unanimidade: **a)** O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021, elaborados com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e, no que não conflitarem, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; **b)** As Demonstrações Financeiras Consolidadas encerradas em 31.12.2021, comparadas com as Demonstrações Financeiras Consolidadas encerradas em 31.12.2020, preparadas com base no IFRS, de acordo com as Normas e Interpretações adotadas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), traduzidas para a língua portuguesa pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), em atendimento à Resolução nº 4.818/20 e ao Comunicado nº 14.259/06, ambos do Banco Central do Brasil; e **c)** O Estudo Técnico de Viabilidade de Geração de Lucros Tributáveis que ampara os valores contabilizados sob a rubrica "Créditos Tributários"

São Paulo - SP, 23 de fevereiro de 2022.

Paulo Caio Ferraz de Sampaio

José Antonio Rigobello

Rubens Barletta

Valter dos Santos